

**Resolução da Assembleia da República n.º 21/2002**

**Aprova a decisão dos representantes dos Governos dos Estados-Membros da União Europeia, reunidos no Conselho, de 15 de Outubro de 2001, Relativa aos Privilégios e Imunidades Concedidos ao Instituto de Estudos de Segurança e ao Centro de Satélites da União Europeia, bem como aos Seus Órgãos e aos Membros do Seu Pessoal.**

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar a Decisão dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros da União Europeia, reunidos no Conselho, de 15 de Outubro de 2001, Relativa aos Privilégios e Imunidades Concedidos ao Instituto de Estudos de Segurança e ao Centro de Satélites da União Europeia, bem como aos Seus Órgãos e aos Membros do Seu Pessoal, cujas versões autênticas na língua portuguesa e nas línguas dos restantes Estados-Membros seguem em anexo.

Aprovada em 20 de Dezembro de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

**DECISÃO DOS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA, REUNIDOS NO CONSELHO, DE 15 DE OUTUBRO DE 2001, RELATIVA AOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES CONCEDIDOS AO INSTITUTO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E AO CENTRO DE SATÉLITES DA UNIÃO EUROPEIA, BEM COMO AOS SEUS ÓRGÃOS E AOS MEMBROS DO SEU PESSOAL.**

Os representantes dos governos dos Estados-Membros da União Europeia, reunidos no Conselho, considerando o seguinte:

Para facilitar o funcionamento do Instituto de Estudos de Segurança e do Centro de Satélites da União Europeia, criados pelo Conselho como agências independentes da União Europeia (1) (a seguir designados «Agências da União Europeia»), é necessário conceder às novas entidades e ao seu pessoal, no interesse exclusivo da União Europeia, os privilégios, imunidades e facilidades indispensáveis ao seu funcionamento;

decidem:

**Artigo 1.º**

**Imunidade de jurisdição e insusceptibilidade de busca, apreensão, requisição, perda ou qualquer outra forma de ingerência**

As instalações e edifícios, bens, fundos e haveres das Agências da União Europeia, seja qual for o local em que se encontrem nos territórios dos Estados-Membros e seja qual for a pessoa que os detenha, não podem ser objecto de busca, apreensão, requisição, perda ou de qualquer outra forma de ingerência administrativa ou judicial.

**Artigo 2.º**

**Inviolabilidade dos arquivos**

Os arquivos das Agências da União Europeia são invioláveis.

**Artigo 3.º**

**Isenção de impostos e direitos**

1 — No âmbito das suas actividades oficiais, as Agências da União Europeia, os seus haveres, rendimentos e outros bens estão isentos de quaisquer impostos directos.

2 — As Agências da União Europeia estão isentas de impostos indirectos e de direitos que integrem os preços de bens móveis e imóveis e de serviços que adquiram para seu uso oficial e que constituam uma despesa considerável. A isenção pode ser concedida por reembolso ou por remissão.

3 — Os bens adquiridos ao abrigo do presente artigo com isenção de imposto sobre o valor acrescentado ou de impostos especiais sobre o consumo não podem ser vendidos, nem por qualquer outro meio alienados, salvo nas condições acordadas com o Estado-Membro que concedeu a isenção.

4 — Não são concedidas isenções de impostos, taxas e direitos que constituam remuneração por serviços de utilidade pública.

**Artigo 4.º**

**Facilidades e liberdade em matéria de comunicações**

Os Estados-Membros permitem, sem que para o efeito seja necessária licença, a livre comunicação das Agências da União Europeia para todos os fins oficiais e protegem este direito das Agências. As Agências da União Europeia têm o direito de utilizar códigos ou cifras, bem como de enviar e receber correspondência oficial e outras comunicações oficiais por correio especial ou malas seladas que gozarão dos mesmos privilégios e imunidades que as malas e o correio diplomáticos.

**Artigo 5.º**

**Entrada, permanência e partida**

Os Estados-Membros facilitarão, se necessário, a entrada, permanência e partida, em missão oficial, das pessoas enumeradas no artigo 6.º Tal não impede a exigência de provas para determinar se uma pessoa que invoca o tratamento previsto no presente artigo integra uma das categorias descritas no artigo 6.º

**Artigo 6.º**

**Privilégios e imunidades dos membros dos órgãos das Agências e do pessoal das Agências da União Europeia**

1 — Os membros dos órgãos das Agências da União Europeia e do pessoal das mesmas gozam das seguintes imunidades:

- a) Imunidade de jurisdição no que se refere a palavras, a escritos e a actos por eles praticados no desempenho das suas funções oficiais, continuando a beneficiar dessa imunidade mesmo quando tiverem deixado de ser membros de um órgão ou do pessoal das Agências;
- b) Inviolabilidade de todos os papéis e documentos oficiais e outro material oficial.

2 — Os membros do pessoal das Agências da União Europeia cujos vencimentos e emolumentos estejam sujeitos a um imposto a favor das Agências, nos termos do artigo 8.º, gozam de isenção de imposto sobre o rendimento relativo aos vencimentos e emolumentos pagos pelas Agências.

Todavia, esses vencimentos e emolumentos podem ser tidos em conta no cálculo do montante do imposto aplicável aos rendimentos provenientes de outras fontes. O presente número não é aplicável às pensões e reformas pagas a antigos membros do pessoal das Agências e às pessoas a seu cargo.

3 — O artigo 14.º do Protocolo Relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias é aplicável aos membros do pessoal das Agências da União Europeia.

#### Artigo 7.º

##### Restrições às imunidades

A imunidade de que beneficiam as pessoas mencionadas no artigo 6.º não se estende a acções cíveis propostas por terceiros em virtude de prejuízos, incluindo danos pessoais ou outros, ou de morte, decorrentes de um acidente de viação causado pelas referidas pessoas.

#### Artigo 8.º

##### Disposições fiscais

1 — Segundo as condições e os procedimentos previstos pelas Agências da União Europeia e aprovados pelos conselhos de administração, os membros do pessoal das Agências da União Europeia contratados por um período mínimo de um ano ficam sujeitos a um imposto sobre os vencimentos e emolumentos pagos pelas Agências da União Europeia e que reverterá em benefício destas.

2 — Os nomes e endereços dos membros do pessoal das Agências da União Europeia a que se refere o presente artigo, bem como os nomes e endereços de qualquer outro pessoal contratado para trabalhar nas Agências, são comunicados anualmente aos Estados-Membros. As Agências emitem para cada um deles um certificado anual de que conste o montante global, líquido e ilíquido, de todas as remunerações por elas pagas no ano em questão, incluindo a descrição detalhada e a natureza dos pagamentos, bem como os montantes das retenções na fonte.

3 — O presente artigo não é aplicável às pensões e reformas pagas a antigos membros do pessoal das Agências da União Europeia e às pessoas a seu cargo.

#### Artigo 9.º

##### Protecção do pessoal

Se tal for solicitado pelo director da Agência da União Europeia em causa, os Estados-Membros tomarão todas as medidas razoáveis para garantir a segurança e protecção necessárias das pessoas referidas na presente decisão, cuja segurança seja ameaçada em razão dos serviços que prestam às Agências.

#### Artigo 10.º

##### Levantamento de imunidades

1 — Os privilégios e imunidades estabelecidos no presente Protocolo são concedidos no interesse das Agências da União Europeia e não para benefício pessoal dos próprios indivíduos. As Agências e todas as pessoas que gozam desses privilégios e imunidades têm o dever de respeitar, em todos os outros aspectos, as leis e regulamentações dos Estados-Membros.

2 — Os directores devem levantar a imunidade de que gozam as Agências da União Europeia e os membros do seu pessoal, sempre que essa imunidade impeça a acção da justiça e o seu levantamento não prejudique os interesses das Agências. Os conselhos de administração têm a mesma obrigação em relação aos directores e aos auditores financeiros. Em relação aos membros dos conselhos de administração, o levantamento da imunidade é, consoante os casos, da competência do respectivo Estado-Membro ou da Comissão.

3 — Sempre que se levantar a imunidade das Agências da União Europeia prevista no artigo 1.º, as buscas e apreensões ordenadas pelas autoridades judiciais dos Estados-Membros serão efectuadas na presença do director da Agência em causa ou de um seu representante, na observância das regras de confidencialidade.

4 — As Agências da União Europeia cooperam a todo o momento com as autoridades competentes dos Estados-Membros a fim de facilitar a boa administração da justiça e devem impedir qualquer abuso dos privilégios e imunidades concedidos nos termos da presente decisão.

5 — Se uma autoridade competente ou instância judicial de um Estado-Membro considerar que há abuso de um privilégio ou imunidade concedido ao abrigo da presente decisão a entidade responsável pelo levantamento da imunidade nos termos do n.º 2 consultará, se tal lhe for solicitado, as autoridades competentes para determinar se se verificou tal abuso. Se ambas as partes considerarem que as consultas não produziram efeitos satisfatórios, a questão será resolvida nos termos do artigo 11.º

#### Artigo 11.º

##### Resolução de litígios

1 — Os litígios sobre uma recusa de levantamento de uma imunidade de uma das Agências ou de pessoas que, em virtude das suas funções oficiais, gozem de imunidade na acepção do n.º 1 do artigo 6.º são debatidos pelo Conselho da União Europeia a fim de se encontrar uma solução por unanimidade.

2 — Quando esses litígios não forem resolvidos, o Conselho deliberará, por unanimidade, sobre a forma de os resolver.

#### Artigo 12.º

##### Entrada em vigor

A presente decisão entra em vigor em 1 de Janeiro de 2002, desde que todos os Estados-Membros tenham até essa data notificado o Secretariado-Geral do Conselho do cumprimento, a título definitivo ou provisório, das formalidades internas necessárias à sua execução nas suas ordens jurídicas internas.

## Artigo 13.º

## Avaliação

No prazo de dois anos a contar da sua entrada em vigor, a presente decisão será avaliada sob a supervisão dos conselhos de administração das Agências da União Europeia.

## Artigo 14.º

A presente decisão será publicada no *Jornal Oficial*.

(<sup>1</sup>) Acções comuns 2001/554/PESC (JO, n.º L 200, de 25-7-2001, a p. 1) e 2001/555/PESC, de 25 de Julho de 2001 (JO, n.º L 200, de 25-7-2001, a p. 5).

**DECISIÓN DE LOS REPRESENTANTES DE LOS GOBIERNOS DE LOS ESTADOS MIEMBROS DE LA UNIÓN EUROPEA, REUNIDOS EN EL SENO DEL CONSEJO, DE 15-10-2001, RELATIVA A LOS PRIVILEGIOS E INMUNIDADES OTORGADOS AL INSTITUTO DE ESTUDIOS DE SEGURIDAD Y AL CENTRO DE SATÉLITES DE LA UNIÓN EUROPEA, ASÍ COMO A SUS ÓRGANOS Y A SU PERSONAL.**

Los representantes de los gobiernos de los Estados miembros de la Unión Europea, reunidos en el seno del consejo, considerando lo siguiente:

Con objeto de facilitar el funcionamiento del Instituto de Estudios de Seguridad y del Centro de Satélites de la Unión Europea, creados por el Consejo como agencias independientes de la Unión Europea (<sup>1</sup>) (denominados en lo sucesivo Agencias de la Unión Europea), es necesario otorgar a las nuevas entidades y a su personal, exclusivamente en interés de la Unión Europea, los privilegios, inmunidades y facilidades indispensables para su funcionamiento;

deciden:

## Artículo 1

**Inmunidad frente a procesos judiciales, e inmunidad frente a registros, embargos, requisas, confiscaciones y cualquier otra forma de interferencia.**

Los locales y edificios, los bienes, fondos y activos de las Agencias de la Unión Europea, cualquiera que sea el lugar en que se encuentren dentro del territorio de los Estados miembros y quienquiera que los tenga en su poder, estarán exentos de registro, embargo, requisa, confiscación y de cualquier otra forma de interferencia administrativa o judicial.

## Artículo 2

## Inviolabilidad de los archivos

Los archivos de las Agencias de la Unión Europea serán inviolables.

## Artículo 3

## Exención de impuestos y gravámenes

1 — En el ámbito de sus actividades oficiales, las Agencias de la Unión Europea así como sus activos, sus ingresos y demás bienes estarán exentos de cualesquiera impuestos directos.

2 — Las Agencias de la Unión Europea estarán exentas de los impuestos indirectos y gravámenes incluidos en los precios de los servicios y los bienes muebles o inmuebles adquiridos para uso oficial y que supongan gastos considerables. Dicha exención podrá concederse mediante reembolso o mediante deducciones.

3 — Los bienes adquiridos con exención del impuesto del valor añadido o de impuestos especiales en virtud del presente artículo sólo podrán enajenarse, tanto a título gratuito como oneroso, con arreglo a las condiciones acordadas con el Estado miembro que haya concedido la exención.

4 — No se concederán exenciones de impuestos y gravámenes que representen cargas por servicios públicos prestados.

## Artículo 4

## Facilidades e inmunidades relativas a las comunicaciones

Los Estados miembros permitirán a las Agencias de la Unión Europea comunicarse libremente y sin necesidad de autorización especial para todas sus funciones oficiales y protegerán el derecho de las Agencias a ello. Las Agencias de la Unión Europea tendrán derecho a utilizar códigos así como a expedir y recibir correspondencia oficial y demás comunicaciones ya sea por correos o por valijas selladas, que gozarán de los mismos privilegios e inmunidades que los correos y valijas diplomáticos.

## Artículo 5

## Entrada, estancia y salida

Los Estados miembros facilitarán, en caso necesario, la entrada, estancia y salida, por razones del ejercicio de sus funciones, de las personas contempladas en el artículo 6. Ello no obstará para que se soliciten pruebas razonables a fin de comprobar que las personas que reclamen el trato previsto en el presente artículo pertenecen efectivamente a las categorías descritas en el artículo 6.

## Artículo 6

## Privilegios e inmunidades de los miembros de los órganos y del personal de las Agencias de la Unión Europea

1 — Los miembros de los órganos de las Agencias de la Unión Europea y el personal de dichas Agencias gozarán de las siguientes inmunidades:

- a) Inmunidad frente a cualquier tipo de proceso judicial en relación con manifestaciones orales o escritas, así como por todo acto, realizados en el ejercicio de sus funciones oficiales; dicha inmunidad continuará aun cuando las personas interesadas hayan dejado de ser miembros de un órgano o de pertenecer al personal;
- b) Inviolabilidad de todos sus escritos y documentos oficiales u otros materiales oficiales.

2 — Los miembros del personal de las Agencias de la Unión Europea cuyos salarios y emolumentos estén sujetos a un impuesto en beneficio de las Agencias tal como se menciona en el artículo 8 gozarán de exención del impuesto sobre la renta con respecto a los salarios y emolumentos pagados por las Agencias. No obstante, dichos salarios y emolumentos podrán tenerse en cuenta

al determinar el importe de los impuestos aplicables a las rentas procedentes de otras fuentes. Lo dispuesto en el presente apartado no se aplicará a las pensiones y jubilaciones abonadas a los antiguos miembros del personal de dichas Agencias y a las personas a su cargo.

3 — Las disposiciones del artículo 14 del Protocolo sobre los privilegios e inmunidades de las Comunidades Europeas se aplicarán a los miembros del personal de las Agencias de la Unión Europea.

#### Artículo 7

##### Excepciones a las inmunidades

La inmunidad concedida a las personas mencionadas en el artículo 6 no se hará extensiva a las acciones civiles interpuestas por terceros por daños, referidas a las lesiones personales o la muerte, resultantes de accidentes de tráfico causados por dichas personas.

#### Artículo 8

##### Impuestos

1 — Sin perjuicio de las condiciones y con arreglo a los procedimientos establecidos por las Agencias de la Unión Europea y aprobados por el Consejo de Administración, los miembros del personal de dichas Agencias contratados por un período mínimo de un año estarán sujetos a un impuesto a beneficio de dichas Agencias sobre los salarios y emolumentos pagados por éstas.

2 — Se notificarán anualmente a los Estados miembros los nombres y direcciones de los miembros del personal de las Agencias de la Unión Europea a que se refiere el presente artículo y los de cualquier otra persona contratada para trabajar en dichas Agencias. Dichas Agencias entregarán a cada uno de ellos un certificado anual en el que constarán los importes bruto y neto de todas las remuneraciones de cualquier especie pagadas por las Agencias para el año de que se trate, incluidos las prácticas y tipos de pago y las retenciones en origen.

3 — Lo dispuesto en el presente artículo no se aplicará a las pensiones y jubilaciones abonadas a los antiguos miembros del personal de las Agencias de la Unión Europea ni a las personas a su cargo.

#### Artículo 9

##### Protección del personal

A petición del director de la Agencia de la Unión Europea de que se trate, los Estados miembros adoptarán las medidas necesarias para garantizar la seguridad y la protección necesarias a las personas a que se refiere la presente Decisión, cuya seguridad esté en peligro a causa de los servicios prestados a las Agencias.

#### Artículo 10

##### Suspensión de las inmunidades

1 — Los privilegios e inmunidades que contempla la presente Decisión se otorgan en interés de las Agencias de la Unión Europea y no en beneficio personal de

los particulares. Las Agencias de la Unión Europea y todas las personas que gocen de tales privilegios e inmunidades tendrán el deber de cumplir, en todos los demás aspectos, las leyes y normativas de los Estados miembros.

2 — Los directores deberán suspender la inmunidad de las Agencias de la Unión Europea y de cualquier miembro del personal en aquellos casos en que la inmunidad ponga obstáculos a la acción de la justicia y siempre que pueda suspenderse sin perjudicar los intereses de las Agencias. Con respecto a los directores y a los interventores financieros, los Consejos de Administración tendrán análogo deber. Con respecto a los miembros de los Consejos de Administración, la suspensión de la inmunidad será competencia, según los casos, de los Estados miembros de los que dichos miembros sean nacionales o bien de la Comisión.

3 — Cuando se haya suspendido la inmunidad de las Agencias de la Unión Europea tal como se contempla en el artículo 1, los registros y embargos ordenados por las autoridades judiciales de los Estados miembros se ejecutarán en presencia del director de la Agencia de que se trate o de una persona delegada por éste, en cumplimiento de las normas de confidencialidad.

4 — Las Agencias de la Unión Europea cooperarán en todo momento con las autoridades competentes de los Estados miembros para facilitar la adecuada administración de la justicia y evitarán todo abuso de los privilegios e inmunidades otorgados con arreglo a la presente Decisión.

5 — Si una autoridad competente o un órgano judicial de un Estado miembro estimare que ha habido abuso de un privilegio o de una inmunidad otorgados por la presente Decisión, el organismo responsable de la suspensión de las inmunidades en virtud del apartado 2, previa solicitud, celebrará consultas con las autoridades competentes a fin de determinar si se ha producido tal abuso. Si tales consultas no dieran un resultado satisfactorio para ambas partes, la cuestión se resolverá mediante el procedimiento que se establece en el artículo 11.

#### Artículo 11

##### Resolución de conflictos

1 — Los conflictos en relación con la denegación de la suspensión de la inmunidad de una de las Agencias de la Unión Europea o de una persona que goce de inmunidad en virtud del apartado 1 del artículo 6 en razón de su cargo, serán examinados en el Consejo a fin de lograr su resolución por unanimidad.

2 — Cuando no se resuelvan dichos conflictos, el Consejo determinará por unanimidad la forma en que se hayan de resolver.

#### Artículo 12

##### Entrada en vigor

La presente Decisión entrará en vigor el 1 de enero de 2002 a condición de que todos los Estados miembros hayan notificado a más tardar en dicha fecha, a la Secretaría General del Consejo, que se han llevado a cabo los procedimientos requeridos para su puesta en práctica en su ordenamiento jurídico interno con carácter definitivo o provisional.

## Artículo 13

## Evaluación

La presente Decisión se evaluará en el plazo de dos años tras su entrada en vigor, bajo la supervisión de los Consejos de Administración de las Agencias de la Unión Europea.

## Artículo 14

La presente Decisión se publicará en el *Diario Oficial*.

(<sup>1</sup>) Acciones comunes 2001/554/PESC (DO, L 200, de 25.7.2001, p. 1) y 2001/555/PESC (DO L 200 de 25.7.2001, p. 5).

**AFGØRELSE TRUFFET AF REPRÆSENTANTERNE REPRÆSENTANTERNE FOR DEN EUROPÆISKE UNIONS MEDLEMSSTATERS REGERINGER, FORSAMLET I RÅDET, DEN 15-10-2001, OM PRIVILEGIER OG IMMUNITETER FOR DEN EUROPÆISKE UNIONS INSTITUT FOR SIKKERHEDSSTUDIER OG EU-SATELLITCENTRET SAMT FOR DERES ORGANER OG MEDLEMMERNE AF DERES PERSONALE.**

Repræsentanterne for den Europæiske Unions medlemsstaters Regeringer, forsamlet i Rådet, har ud fra følgende betragtning:

For at lette funktionen af Den Europæiske Unions Institut for Sikkerhedsstudier og EU-Satellitcentret, som Rådet har oprettet som uafhængige EU-agenturer(<sup>1</sup>) (i det følgende benævnt «EU-agenturer»), er det, idet der udelukkende tages hensyn til Den Europæiske Unions interesse, nødvendigt at give de nye enheder og deres personale de privilegier, immuniteter og faciliteter, der er absolut nødvendige for deres funktion;

truffet følgende afgørelse:

## Artikel 1

**Fritagelse for retsforfølgning og fritagelse for ransagning, beslaglæggelse, rekvisition, konfiskation og for en hvilken som helst anden form for fuldbyrdelsesforanstaltning.**

EU-agenturernes lokaler og bygninger, ejendom, midler og aktiver er, uanset hvor de befinder sig på medlemsstaternes område, og uanset hvem der er i besiddelse af dem, fritaget for ransagning, beslaglæggelse, rekvisition, konfiskation eller en hvilken som helst anden form for administrativ eller juridisk tvangsforanstaltning.

## Artikel 2

## Arkivernes ukrænkelighed

EU-agenturernes arkiver er ukrænkelige.

## Artikel 3

## Fritagelse for skatter og afgifter

1 — Inden for rammerne af deres officielle aktiviteter er EU-agenturerne, deres aktiver, indtægter og øvrige ejendom fritaget for alle direkte skatter.

2 — EU-agenturerne er fritaget for indirekte skatter og afgifter, der indgår i prisen for fast ejendom, løsøre

og tjenesteydelser, der erhverves til tjenestebrug og indebærer store udgifter. Fritagelsen kan gives i form af tilbagebetaling eller fritagelse.

3 — Varer, der i henhold til denne artikel er købt uden merværdiafgift eller punktafgifter, må ikke sælges eller på anden måde afhændes, medmindre det sker på betingelser, der er aftalt med den medlemsstat, der har indrømmet fritagelsen.

4 — Der indrømmes ingen fritagelse for skatter og afgifter, som udgør betaling for ydelser fra offentlige forsyningsvirksomheder.

## Artikel 4

## Faciliteter og immuniteter med hensyn til kommunikation

1 — Medlemsstaterne tillader EU-agenturerne at kommunikere frit og uden at skulle søge om tilladelse hertil og beskytter agenturernes ret hertil. EU-agenturerne har ret til at anvende koder og til at sende og modtage officiel korrespondance og andre meddelelser med kurér eller i forseglede postsække, med samme privilegier og immuniteter som diplomatforsendelser.

## Artikel 5

## Indrejse, ophold og udrejse

Medlemsstaterne letter, når det er nødvendigt, de i artikel 6 nævnte personers indrejse, ophold og udrejse i forbindelse med udøvelsen af deres hverv. Dette forhindrer ikke, at der kan kræves passende bevis for, at personer, der påberåber sig den i denne artikel omhandlede behandling, tilhører de i artikel 6 nævnte kategorier.

## Artikel 6

## Privilegier og immuniteter for medlemmer af EU-agenturernes organer og disse agenturers personale

1 — Medlemmerne af EU-agenturernes organer og disse agenturers personale nyder følgende immuniteter:

- a) Fritagelse for retsforfølgning for mundtlige og skriftlige ytringer samt handlinger foretaget i embeds medfør, også selv om de berørte personer ikke længere er medlemmer af et organ eller ikke længere er ansat ved et organ;
- b) Ukrænkelighed for alle deres officielle papirer og dokumenter samt andet officielt materiale.

2 — Personalet ved EU-agenturerne, hvis løn og honorarer er pålagt skat til fordel for disse agenturer i medfør af artikel 8, er fritaget for indkomstskat på løn og honorarer udbetalt af agenturerne. Løn og honorarer fra agenturerne kan dog tages i betragtning ved beregningen af beskatningsbeløbet i forbindelse med indkomst fra andre kilder. Dette stykke gælder ikke for pensioner, der udbetales til EU-agenturernes tidligere ansatte og deres ydelsesberettigede pårørende.

3 — Artikel 14 i Protokollen vedrørende De Europæiske Fællesskabers Privilegier og Immuniteter finder anvendelse på EU-agenturernes personale.

## Artikel 7

## Undtagelser fra immuniteter

Den immunitet, som gives de i artikel 6 omhandlede personer, omfatter ikke civilt erstatningssøgsmål fra

tredjemand for skade, herunder personskade eller dødsfald som følge af en trafikulykke forårsaget af den pågældende person.

#### Artikel 8

##### Skat

1 — Løn og honorarer, som EU-agenturerne udbetaler til personale, der er ansat, for en periode på mindst et år, beskattes til fordel for EU-agenturerne på de betingelser og efter den fremgangsmåde, som fastsættes af disse agenturer og godkendes af bestyrelserne.

2 — Medlemsstaterne bliver hvert år underrettet om navn og adresse på de ansatte ved EU-agenturerne, som er nævnt i denne artikel, samt om andet personale, der ansættes ved EU-agenturerne. EU-agenturerne udsteder hvert år en attest til den enkelte person med oplysning om det samlede brutto- og nettovederlag, som EU-agenturerne har udbetalt vedkommende i det pågældende år med nøjagtig angivelse af arten og størrelsen af de udbetalte beløb og den indeholdte kildeskat.

3 — Denne artikel finder ikke anvendelse på pensioner, der udbetales til EU-agenturernes tidligere ansatte og deres ydelsesberettigede pårørende.

#### Artikel 9

##### Beskyttelse af personalet

Medlemsstaterne skal — på begæring af EU-agenturets direktør — træffe alle nødvendige foranstaltninger til at sikre den nødvendige beskyttelse af de i denne afgørelse nævnte personer, hvis sikkerhed er i fare på grund af deres tjeneste ved agenturerne.

#### Artikel 10

##### Ophævelse af immuniteter

1 — Privilegier og immuniteter efter bestemmelserne i denne afgørelse indrømmes i EU-agenturernes interesse og ikke til personlig fordel for de pågældende. Agenturerne og de personer, der er omfattet af disse privilegier og immuniteter, har pligt til i alle andre sammenhænge at overholde medlemsstaternes love og forskrifter.

2 — Direktørerne skal ophæve immuniteten for EU-agenturerne og ethvert medlem af personalet i tilfælde, hvor immuniteten vil kunne hindre, at retfærdigheden sker fyldest, og hvor det kan ske uden skade for agenturernes interesser. Samme pligt påhviler bestyrelserne for så vidt angår direktørerne og fihansinspektørerne. For så vidt angår medlemmerne af bestyrelserne, har de respektive medlemsstater, hvori disse medlemmer er statsborgere, eller Kommissionen kompetence til at ophæve immuniteter.

3 — Når EU-agenturernes immunitet som omhandlet i artikel 1 er blevet ophævet, gennemføres ransagninger og beslaglæggelser efter kendelse fra medlemsstaternes retlige myndigheder i tilstedeværelse af direktøren for det pågældende EU-agentur eller en af denne delegeret person i overensstemmelse med reglerne om tavshedspligt.

4 — EU-agenturerne samarbejder til enhver tid med medlemsstaternes relevante myndigheder for at lette korrekt anvendelse af retsregler og forhindre misbrug af de privilegier og immuniteter der indrømmes i overensstemmelse med denne afgørelses bestemmelser.

5 — Såfremt en kompetent myndighed eller en retsinstans i en medlemsstat mener, at der er sket misbrug af et privilegium eller en immunitet, som er indrømmet i henhold til denne afgørelse, skal den myndighed, der kan ophæve immuniteten i henhold til stk. 2, efter anmodning, konsultere de kompetente myndigheder for at afgøre, hvorvidt et sådant misbrug har fundet sted. Hvis konsultationerne ikke giver et tilfredsstillende resultat for begge parter, skal spørgsmålet løses efter proceduren i artikel 11.

#### Artikel 11

##### Bilæggelse af tvister

1 — Tvister om afslag på ophævelse af et EU-agenturs immunitet eller den immunitet, som en person i kraft af sit embede nyder i henhold til artikel 6, stk. 1, behandles af Rådet med henblik på bilæggelse af tvisten med enstemmighed.

2 — Hvis en tvist ikke kan bilægges, fastlægger Rådet med enstemmighed de nærmere retningslinjer for bilæggelse af pågældende tvist.

#### Artikel 12

##### Ikrafttræden

Denne afgørelse træder i kraft den 1. januar 2002, forudsat at alle medlemsstater inden denne dato har givet Generalsekretariatet for Rådet meddelelse om, at de procedurer, der kræves for dens endelige eller foreløbige gennemførelse i deres interne retssystem, er afsluttet.

#### Artikel 13

##### Evaluerings

Senest to år efter denne afgørelses ikrafttræden tages den op til ny vurdering i EU-agenturernes bestyrelses regi.

#### Artikel 14

Denne afgørelse offentliggøres i EFT.

(<sup>1</sup>) Fælles aktion 2001/554/FUSP (EFT L 200 af 25-7-2001, s. 1) og 2001/555/FUSP (EFT L 200 af 25-7-2001, s. 5).

**BESCHLUSS DER IM RAT VEREINIGTEN VERTRETER DER REGIERUNGEN DER MITGLIEDSTAATEN DER EUROPÄISCHEN UNION VOM 15-10-2001, BETREFFEND DIE VORRECHTE UND IMMUNITÄTEN DES INSTITUTS FÜR SICHERHEITSTUDIEN UND DES SATELLITENZENTRUMS SOWIE IHRER ORGANE UND IHRES PERSONALS.**

Die im rat vereinigten vertreter der Regierungen der mitgliedstaaten der Europäischen Union, in Erwägung nachstehender Gründe:

Um das Funktionieren des Instituts für Sicherheitsstudien und des Satellitenzentrums, die vom Rat als unabhängige Einrichtungen der Europäischen Union (nachstehend «Einrichtungen der Europäischen Union» genannt) errichtet wurden (<sup>1</sup>), zu erleichtern, müssen diesen neuen Einrichtungen und ihrem Personal im Interesse der Europäischen Union die für ihre Tätigkeit unverzichtbaren Vorrechte, Immunitäten und Erleichterungen gewährt werden;

beschlossen:

### Artikel 1

#### **Immunität von der Gerichtsbarkeit und Immunität von Durchscheidung, Beschlagnahme, Einziehung und jeder sonstigen Form des Zugriffs.**

Die Räumlichkeiten und Gebäude, die Vermögensgegenstände, Liegenschaften und Guthaben der Einrichtungen der Europäischen Union genießen Immunität von jeder Durchscheidung, Beschlagnahme, Requirierung, Einziehung und jeder sonstigen Form des administrativen oder gerichtlichen Zugriffs, gleichviel wo sie sich im Hoheitsgebiet der Mitgliedstaaten und in wessen Besitz sie sich befinden.

### Artikel 2

#### **Unverletzlichkeit der Archive**

Die Archive der Einrichtungen der Europäischen Union sind unverletzlich.

### Artikel 3

#### **Befreiung von Steuern und Abgaben**

1 — Die Einrichtungen der Europäischen Union, ihre Guthaben, Einkünfte und sonstigen Vermögenswerte sind im Rahmen ihrer amtlichen Tätigkeit von jeder direkten Steuer befreit.

2 — Die Einrichtungen der Europäischen Union sind bei größeren Käufen für den amtlichen Gebrauch von den indirekten Steuern und Abgaben befreit, die in den Preisen für bewegliche und unbewegliche Güter und Dienstleistungen inbegriffen sind. Die Befreiung kann im Wege einer Rückerstattung oder eines Erlasses gewährt werden.

3 — Die gemäß diesem Artikel mehrwert- oder verbrauchsteuerfrei erworbenen Gegenstände dürfen weder entgeltlich noch unentgeltlich veräußert werden, es sei denn, dies geschieht unter Bedingungen, die mit dem Mitgliedstaat vereinbart worden sind, der die Befreiung gewährt hat.

4 — Für Steuern und Abgaben, die als Vergütung für öffentliche Versorgungsdienste erhoben werden, wird keine Befreiung gewährt.

### Artikel 4

#### **Erleichterungen und Immunitäten in Bezug auf den Nachrichtenverkehr**

Die Mitgliedstaaten gestatten den Einrichtungen der Europäischen Union, für alle amtlichen Zwecke Nachrichten frei und ohne vorherige Genehmigung zu übermitteln, und schützen dieses Recht der Einrichtungen. Die Einrichtungen der Europäischen Union sind berechtigt, Verschlüsselungen zu verwenden und amtliche Korrespondenz und sonstige amtliche Nachrichten durch Kurier oder in versiegelten Behältern zu versenden und zu empfangen; hierfür gelten dieselben Vorrechte und Immunitäten wie für diplomatische Kurier und diplomatisches Kuriergepäck.

### Artikel 5

#### **Einreise, Aufenthalt und Ausreise**

Die Mitgliedstaaten erleichtern den in Artikel 6 genannten Personen im Bedarfsfall die Einreise, den

Aufenthalt und die Ausreise für die Zwecke der Ausübung der Dienstgeschäfte. Unbeschadet dessen kann ein angemessener Nachweis dafür verlangt werden, dass Personen, die Anspruch auf eine Behandlung im Sinne dieses Artikels erheben, unter die in Artikel 6 aufgeführten Kategorien fallen.

### Artikel 6

#### **Vorrechte und Immunitäten der Mitglieder der Organe und des Personals der Einrichtungen der Europäischen Union**

1 — Die Mitglieder der Organe und des Personals der Einrichtungen der Europäischen Union genießen folgende Immunitäten:

- a) Immunität von jeglicher Gerichtsbarkeit hinsichtlich der von ihnen in Ausübung ihres Amtes vorgenommenen mündlichen und schriftlichen Äußerungen sowie Handlungen; diese Immunität gilt auch nach Beendigung ihrer Tätigkeit als Mitglied eines Organs oder des Personals;
- b) Unverletzlichkeit all ihrer amtlichen Papiere, Schriftstücke und anderen amtlichen Materials.

2 — Die Mitglieder des Personals der Einrichtungen der Europäischen Union, auf deren Gehälter und Bezüge eine Steuer zugunsten dieser Einrichtungen gemäß Artikel 8 erhoben wird, genießen Befreiung von der Einkommensteuer auf die von den Einrichtungen gezahlten Gehälter und Bezüge. Diese Gehälter und Bezüge können jedoch bei der Festsetzung des auf Einkommen aus anderen Quellen zu erhebenden Steuerbetrags berücksichtigt werden. Dieser Absatz findet keine Anwendung auf Renten und Ruhegehälter, die an ehemalige Bedienstete der Einrichtungen und deren Familienangehörige gezahlt werden.

3 — Auf die Mitglieder des Personals der Einrichtungen der Europäischen Union finden die Bestimmungen des Artikels 14 des Protokolls über die Vorrechte und Befreiungen der Europäischen Gemeinschaften Anwendung.

### Artikel 7

#### **Ausnahmen von den Immunitäten**

Die Immunität, die den in Artikel 6 genannten Personen gewährt wird, gilt nicht im Falle eines von einem Dritten angestregten Zivilverfahrens, wegen erlittener Schäden, einschließlich Körperverletzung oder Tod infolge eines Verkehrsunfalls, der durch eine solche Person verursacht wurde.

### Artikel 8

#### **Steuern**

1 — Die Mitglieder des Personals der Einrichtungen der Europäischen Union, die mindestens für ein Jahr angestellt sind, unterliegen einer Steuer zugunsten dieser Einrichtungen, die gemäß den von diesen Einrichtungen festgelegten und vom Verwaltungsrat gebilligten Bestimmungen und Verfahren auf die von den Einrichtungen gezahlten Gehälter und Bezüge erhoben wird.

2 — Die Namen und Anschriften der unter diesen Artikel fallenden Mitglieder des Personals der Einrichtungen der Europäischen Union sowie aller anderen auf Vertragsbasis bei diesen Einrichtungen beschäftigten Personen werden den Mitgliedstaaten jedes Jahr mitgeteilt. Allen diesen Personen stellen die Einrichtungen jährlich eine Bescheinigung aus, in der der gesamte

Brutto und Nettobetrag der von diesen Einrichtungen für das betreffende Jahr gezahlten Vergütungen jeglicher Art und auch die Einzelheiten und die Art der Zahlungen sowie die an der Quelle einbehaltenen Beträge angegeben sind.

3 — Dieser Artikel findet keine Anwendung auf Renten und Ruhegehälter, die an ehemalige Bedienstete der Einrichtungen der Europäischen Union und deren Familienangehörige gezahlt werden.

#### Artikel 9

##### Schutz des Personals

Die Mitgliedstaaten unternehmen auf Antrag des Direktors der betreffenden Einrichtung der Europäischen Union alle erforderlichen Schritte, um die nötige Sicherheit und den Schutz der in diesem Beschluss genannten Personen, deren Sicherheit aufgrund ihrer amtlichen Tätigkeit für die Einrichtungen gefährdet ist, zu gewährleisten.

#### Artikel 10

##### Aufhebung der Immunitäten

1 — Die nach diesem Beschluss gewährten Vorrechte und Immunitäten werden im Interesse der Einrichtungen der Europäischen Union und nicht zum persönlichen Vorteil der Betroffenen gewährt. Diese Einrichtungen und alle Personen, die diese Vorrechte und Immunitäten genießen, sind verpflichtet, in jeder sonstigen Hinsicht die Gesetze und Rechtsvorschriften der Mitgliedstaaten einzuhalten.

2 — Die Direktoren haben die Immunität der Einrichtungen der Europäischen Union oder von Mitgliedern ihres Personals in allen Fällen aufzuheben, in denen die Immunität verhindern würde, dass der Gerechtigkeit Genüge geschieht, und in denen sie ohne Schädigung der Interessen dieser Einrichtungen aufgehoben werden kann. Hinsichtlich der Direktoren und der Finanzkontrolleure haben die Verwaltungsräte die gleiche Verpflichtung. Im Falle von Mitgliedern der Verwaltungsräte ist der jeweilige Mitgliedstaat oder die Kommission für die Aufhebung der Immunität zuständig.

3 — Ist die Immunität der Einrichtungen der Europäischen Union im Sinne des Artikels 1 aufgehoben worden, so werden die von den Gerichten der Mitgliedstaaten angeordneten Durchsuchungen und Beschlagnahmen in Anwesenheit des Direktors der betreffenden Einrichtung oder seines Beauftragten unter Beachtung der Regeln der Vertraulichkeit durchgeführt.

4 — Die Einrichtungen der Europäischen Union arbeiten jederzeit mit den zuständigen Behörden der Mitgliedstaaten zusammen, um eine geordnete Rechtspflege zu erleichtern, und verhindern jeden Missbrauch der nach diesem Beschluss gewährten Vorrechte und Immunitäten.

5 — Liegt nach Ansicht einer zuständigen Behörde oder gerichtlichen Stelle eines Mitgliedstaates ein Missbrauch der nach diesem Beschluss gewährten Vorrechte oder Immunitäten vor, so nimmt die nach Absatz 2 für die Immunitätsaufhebung zuständige Stelle auf Antrag mit den zuständigen Behörden Rücksprache, um festzustellen, ob tatsächlich ein Missbrauch gegeben ist. Führen die entsprechenden Konsultationen nicht zu einem für beide Seiten befriedigenden Ergebnis, so wird die Angelegenheit nach dem Verfahren des Artikels 11 geregelt.

#### Artikel 11

##### Beilegung von Streitigkeiten

1 — Streitigkeiten wegen einer Weigerung, die Immunität einer der Einrichtungen der Europäischen Union oder die einer Person aufzuheben, die aufgrund ihrer amtlichen Stellung Immunität nach Maßgabe des Artikels 6 Absatz 1 genießt, werden vom Rat mit dem Ziel einer einstimmigen Beilegung erörtert.

2 — Werden solche Streitigkeiten nicht beigelegt, so legt der Rat einstimmig die Modalitäten fest, nach denen sie beizulegen sind.

#### Artikel 12

##### Inkrafttreten

Dieser Beschluss tritt am 1. Januar 2002 in Kraft, sofern alle Mitgliedstaaten dem Generalsekretariat des Rates bis zu diesem Tag mitgeteilt haben, dass die erforderlichen Verfahren für seine endgültige oder vorläufige Umsetzung in ihre einzelstaatlichen Rechtsordnungen abgeschlossen sind.

#### Artikel 13

##### Evaluierung

Dieser Beschluss wird innerhalb von zwei Jahren nach Inkrafttreten unter der Aufsicht der Verwaltungsräte der Einrichtungen der Europäischen Union evaluiert.

#### Artikel 14

Dieser Beschluss wird im Amtsblatt veröffentlicht.

(<sup>1</sup>) Gemeinsame Aktionen 2001/554/GASP (ABl. L 200 vom 25-7-2001, S. 1) und 2001/555/GASP (ABl. L 200 vom 25-7-2001, S. 5).

#### ΑΠΟΦΑΣΗ ΤΩΝ ΑΝΤΙΠΡΟΣΩΠΩΝ ΤΩΝ ΚΥΒΕΡΝΗΣΕΩΝ ΤΩΝ ΚΡΑΤΩΝ ΜΕΛΩΝ ΤΗΣ ΕΥΡΩΠΑΪΚΗΣ ΕΝΩΣΗΣ, ΣΥΝΕΛΘΟΝΤΩΝ ΣΤΟ ΠΛΑΙΣΙΟ ΤΟΥ ΣΥΜΒΟΥΛΙΟΥ της 15.10.2001

σχετικά με τα προνόμια και τις ασυλίες που χορηγούνται στο Ινστιτούτο Μελετών για θέματα ασφάλειας και του Δορυφορικού Κέντρου της Ευρωπαϊκής Ένωσης, καθώς και των οργάνων τους και των μελών του προσωπικού τους

ΟΙ ΑΝΤΙΠΡΟΣΩΠΟΙ ΤΩΝ ΚΥΒΕΡΝΗΣΕΩΝ ΤΩΝ ΚΡΑΤΩΝ ΜΕΛΩΝ ΤΗΣ ΕΥΡΩΠΑΪΚΗΣ ΕΝΩΣΗΣ, ΣΥΝΕΛΘΟΝΤΕΣ ΣΤΟ ΠΛΑΙΣΙΟ ΤΟΥ ΣΥΜΒΟΥΛΙΟΥ,

Εκτιμώντας τα εξής :

- (1) Προκειμένου να διευκολυνθεί η λειτουργία του Ινστιτούτου Μελετών για θέματα ασφάλειας και του Δορυφορικού Κέντρου της Ευρωπαϊκής Ένωσης, που ιδρύθηκαν από το Συμβούλιο ως ανεξάρτητοι οργανισμοί της Ευρωπαϊκής Ένωσης<sup>1</sup> (στο εξής αποκαλούμενοι «οργανισμοί της Ευρωπαϊκής Ένωσης»), είναι αναγκαίο να χορηγηθούν στις νέες οντότητες και στο προσωπικό τους, προς το συμφέρον και μόνο της Ευρωπαϊκής Ένωσης, τα προνόμια, οι ασυλίες και οι διευκολύνσεις που είναι απαραίτητα για τη λειτουργία τους,

ΑΠΟΦΑΣΙΖΟΥΝ :

##### Άρθρο 1

Ετεροδικία και εξαίρεση από την έρευνα, κατάχρηση, επίταξη, δήμευση ή άλλης μορφής αναγκαστικό μέτρο

Οι χώροι και τα κτίρια, τα πράγματα, τα χρήματα και τα περιουσιακά στοιχεία των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης, οπούδήποτε και αν εφύρουνται στο έδαφος των κρατών μελών και ανεξαρτήτως κατόχου, εξαίρονται από την έρευνα, κατάχρηση, επίταξη, δήμευση ή άλλης μορφής αναγκαστικό μέτρο, διοικητικής ή δικαστικής φύσεως.



**Άρθρο 2**

## Απαρτίαστο των αρχείων

Τα αρχεία των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης είναι απαρτιάστα.

**Άρθρο 3**

## Απαλλαγή από φόρους και δασμούς

1. Στο πλαίσιο των επίσημων δραστηριοτήτων τους, οι οργανισμοί της Ευρωπαϊκής Ένωσης καθώς και τα περιουσιακά στοιχεία τους, εισοδήματα και λοιπά πράγματά τους, απαλλάσσονται από κάθε άμεσο φόρο.
2. Οι οργανισμοί της Ευρωπαϊκής Ένωσης απαλλάσσονται από τους έμμεσους φόρους και δασμούς που περιλαμβάνονται στην τιμή κινήτων και ακινήτων καθώς και υπηρεσιών, που αποκτώνται για υπηρεσιακή χρήση και συνεπείγονται σημαντική δαπάνη. Η απαλλαγή μπορεί να λαμβάνει τη μορφή επιστροφής ή διαγραφής.
3. Τα αγαθά τα οποία αποκτώνται με απαλλαγή από τον φόρο προστιθεμένης αξίας ή από τους ειδικούς φόρους κατανάλωσης σύμφωνα με το παρόν άρθρο, δεν επιτρέπεται να μεταβιβάζονται εξ επαχθούς ή εκ χαρακτηριστικής αιτίας, παρά μόνον υπό τους όρους που συμφωνούνται με το κράτος μέλος που χορηγεί την απαλλαγή.
4. Δεν παρέχεται απαλλαγή από τους φόρους, τέλη και δικαιώματα που επιβάλλονται ως ανταπόδοση για την παροχή υπηρεσιών κοινής ωφελείας.

**Άρθρο 4**

## Διευκολύνσεις και ασυλίες όσον αφορά την επικοινωνία

Τα κράτη μέλη επιτρέπουν στους οργανισμούς της Ευρωπαϊκής Ένωσης να επικοινωνούν ελεύθερα και χωρίς να πρέπει να ζητούν άδεια, στο πλαίσιο όλων των υπηρεσιακών καθηκόντων τους, και προστατεύουν το εν λόγω δικαίωμα που παρέχεται στους οργανισμούς αυτούς. Οι οργανισμοί της Ευρωπαϊκής Ένωσης επιτρέπεται να χρησιμοποιούν κώδικες καθώς επίσης και να αποστέλλουν και να δέχονται υπηρεσιακή αλληλογραφία και άλλες ανακοινώσεις, με ειδικό ταχυδρόμο ή με ενσφράγιστους σάκους που απολαμβάνουν των προνομίων και ασυλιών του διπλωματικού ταχυδρομείου και των διπλωματικών σάκων.

**Άρθρο 5**

## Είσοδος, διαμονή και αναχώρηση

Τα κράτη μέλη διευκολύνουν, εφόσον χρειασθεί, την είσοδο, τη διαμονή και την αναχώρηση για υπηρεσιακούς λόγους των προσώπων που αναφέρονται στο άρθρο 6. Ωστόσο, είναι δυνατόν να απαιτηθεί από τα πρόσωπα που διεκδικούν τη μεταχείριση που προβλέπει το παρόν άρθρο, να προσκομίζουν την απόδειξη ότι εμπίπτουν σε κάποια από τις κατηγορίες που περιγράφονται στο άρθρο 6.

**Άρθρο 6**

## Προνόμια και ασυλίες των μελών των οργάνων και του προσωπικού των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης

1. Τα μέλη των οργάνων και τα μέλη του προσωπικού των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης απολαμβάνουν των εξής ασυλιών:
  - α) ετεροδικίας προκειμένου περί προφορικού ή γραπτού λόγου και πράξεων στις οποίες προέβησαν υπό την επίσημη ιδιότητά τους· η εν λόγω ασυλία εξακολουθεί να ισχύει και όταν τα πρόσωπα αυτά δεν είναι πλέον μέλη οργάνου ή του προσωπικού,
  - β) του απαρτιάστου όσον αφορά τα υπηρεσιακά τους έγγραφα και κάθε άλλο υπηρεσιακό υλικό.
2. Τα μέλη του προσωπικού των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης, των οποίων οι αποδοχές και λοιπές αμοιβές υπόκεινται σε φόρο υπέρ των οργανισμών αυτών, υπό τους όρους που αναφέρονται στο άρθρο 8, απαλλάσσονται από το φόρο εισοδήματος όσον αφορά τις αποδοχές και λοιπές αμοιβές που λαμβάνουν από τους εν λόγω οργανισμούς. Ωστόσο, αυτές οι αποδοχές και λοιπές αμοιβές είναι δυνατόν να λαμβάνονται υπόψη κατά τον υπολογισμό του οφειλόμενου φόρου για εισοδήματα από άλλες πηγές. Η παρούσα παράγραφος δεν εφαρμόζεται στις συντάξεις που καταβάλλονται στα πρόσωπα μέλη του προσωπικού των οργανισμών αυτών και στους εξ αυτών έλκοντες δικαιώματα.
3. Το άρθρο 14 του Πρωτοκόλλου περί των προνομίων και ασυλιών των Ευρωπαϊκών Κοινοτήτων εφαρμόζεται για τα μέλη του προσωπικού των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης.

**Άρθρο 7**

## Εξαιρέσεις από ασυλίες

Η ασυλία που χορηγείται στα πρόσωπα που αναφέρονται στο άρθρο 6 δεν καλύπτει αστικές αγωγές τρίτων σε περιπτώσεις σωματικής ή άλλης βλάβης ή ανθρωποκτονίας επεληθούσας σε τροχάιο ατύχημα, το οποίο προξένησαν τα πρόσωπα αυτά.

**Άρθρο 8**

## Φόροι

1. Υπό την επιφύλαξη των όρων και σύμφωνα με τις διαδικασίες που καθορίζονται από τους οργανισμούς της Ευρωπαϊκής Ένωσης και εγκρίνονται από τα διοικητικά συμβούλια, τα μέλη του προσωπικού των οργανισμών αυτών που έχουν προσληφθεί για διάστημα τουλάχιστον ενός έτους, υπόκεινται σε φόρο υπέρ των εν λόγω οργανισμών, επί των αποδοχών και λοιπών αμοιβών που καταβάλλονται από αυτούς.
2. Κατ' έτος, ανακοινώνονται στα κράτη μέλη, τα ονόματα και οι διευθύνσεις των μελών του προσωπικού των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης, που αναφέρονται στο παρόν άρθρο, και του λοιπού προσωπικού που εργάζεται επί συμβάσει στους οργανισμούς αυτούς. Οι εν λόγω οργανισμοί χορηγούν κατ' έτος σε καθ' έναν από αυτούς πιστοποιητικό, από το οποίο εμφανίζεται το συνολικό ποσό, ακαθάριστο και καθαρό, των πάσης φύσεως αποδοχών που κατεβλήθησαν από τους οργανισμούς αυτούς για το συγκεκριμένο έτος, συμπεριλαμβανομένων των λεπτομερειών και της φύσεως των καταβολών και των ποσών των παρακρατήσεων στην πηγή.
3. Το παρόν άρθρο δεν εφαρμόζεται στις συντάξεις καταβάλλονται στα πρόσωπα μέλη του προσωπικού των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης και τους εξ αυτών έλκοντες δικαιώματα.

**Άρθρο 9**

## Προστασία του προσωπικού

Τα κράτη μέλη, κατ' αίτηση του διευθυντή του οργανισμού της Ευρωπαϊκής Ένωσης, λαμβάνουν όλα τα αναγκαία μέτρα για να διασφαλίσουν την απαιτούμενη ασφάλεια και προστασία στα πρόσωπα που αναφέρονται στην παρούσα απόφαση, εφόσον η ασφάλειά τους κινδυνεύει λόγω της υπηρεσίας τους στους οργανισμούς.

**Άρθρο 10**

## Άρση των ασυλιών

1. Τα προνόμια και οι ασυλίες που χορηγούνται δυνάμει της παρούσας απόφασης παρέχονται προς το συμφέρον των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης και όχι προς όφελος των συγκεκριμένων προσώπων. Οι εν λόγω οργανισμοί και όλα τα πρόσωπα που απολαμβάνουν των σχετικών προνομίων και ασυλιών έχουν καθήκον να τηρούν κατά τα άλλα τις νομοθετικές και κανονιστικές διατάξεις των κρατών μελών.
2. Οσάκις η ασυλία είναι δυνατόν να παρακαλώσει την απονομή της δικαιοσύνης και η άρση της είναι δυνατή χωρίς να θίγει τα συμφέροντα των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης, οι διευθυντές οφείλουν να άρουν την ασυλία των εν λόγω οργανισμών και των μελών του προσωπικού τους. Τα διοικητικά συμβούλια έχουν την ίδια υποχρέωση όσον αφορά τους διευθυντές και τους δημοσιονομικούς ελεγκτές. Ως προς τα μέλη των διοικητικών συμβουλίων, αρμόδια για την άρση των ασυλιών είναι, ανάλογα με την περίπτωση, τα κράτη μέλη των οποίων υπήκοοι είναι τα μέλη αυτά, ή η Επιτροπή.
3. Όταν αρθεί η αναφερόμενη στο άρθρο 1 ασυλία των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης, οι έρευνες και οι κατασχέσεις που διατάσσονται από τις δικαστικές αρχές των κρατών μελών, εκτελούνται παρουσία του διευθυντή του συγκεκριμένου οργανισμού ή του εξουσιοδοτημένου από αυτόν προσώπου, τηρουμένων των κανόνων περί απορρήτου.
4. Οι οργανισμοί της Ευρωπαϊκής Ένωσης συνεργάζονται ανά πάσα στιγμή με τις αρμόδιες αρχές των κρατών μελών για να διευκολύνουν το έργο της δικαιοσύνης και φροντίζουν να προλαμβάνουν οποιαδήποτε κατάχρηση των προνομίων και ασυλιών που παρέχονται δυνάμει της παρούσας απόφασης.
5. Εάν αρμόδια αρχή ή δικαστικό όργανο κράτους μέλους κρίνει ότι συντρέχει κατάχρηση προνομίου ή ασυλίας που παρέχεται βάσει της παρούσας απόφασης, το αρμόδιο για την άρση της ασυλίας όργανο σύμφωνα με την παράγραφο 2, πραγματοποιεί, κατόπιν αιτήσεως, διαβουλεύσεις με τις αρμόδιες αρχές για να αποφασίσει κατά πόσον υφίσταται η κατάχρηση. Εάν οι διαβουλεύσεις δεν καταλήξουν σε ικανοποιητικό και για τις δύο πλευρές αποτέλεσμα, το θέμα ρυθμίζεται σύμφωνα με τη διαδικασία του άρθρου 11.

**Άρθρο 11****Επίλυση των διαφορών**

1. Οι διαφορές σχετικά με την άρνηση άρσεως ασυλίας οργανισμού της Ευρωπαϊκής Ένωσης ή προσώπου το οποίο, λόγω της επίσημης ιδιότητάς του, απολαύει ασυλίας κατά την έννοια του άρθρου 6, παράγραφος 1, εξετάζονται από το Συμβούλιο, με σκοπό να επιτευχθεί η διευθέτησή τους κατ' ομοφωνία.

2. Εάν η διαφορά δεν μπορεί να επιλυθεί, το Συμβούλιο αποφασίζει ομόφωνα τις λεπτομέρειες σύμφωνα με τις οποίες διευθετείται.

**Άρθρο 12****Εναρξη ισχύος**

Η παρούσα απόφαση αρχίζει να ισχύει την 1η Ιανουαρίου 2002, υπό την προϋπόθεση ότι όλα τα κράτη μέλη θα έχουν, μέχρι εκείνη την ημερομηνία, κοινοποιήσει στη Γενική Γραμματεία του Συμβουλίου ότι ολοκληρώθηκαν οι απαιτούμενες διαδικασίες για την εφαρμογή της στην εσωτερική έννομη τάξη τους, οριστικά ή προσωρινά.

**Άρθρο 13****Αξιολόγηση**

Εντός δύο ετών από της έναρξης ισχύος της παρούσας απόφασης, πραγματοποιείται η αξιολόγηση της υπό την εποπτεία των διοικητικών συμβουλίων των οργανισμών της Ευρωπαϊκής Ένωσης.

**Άρθρο 14**

Η παρούσα απόφαση δημοσιεύεται στην Επίσημη Εφημερίδα.

<sup>1</sup> Κοινές δράσεις 2001/554/ΚΕΠΠΑ (ΕΕ L 200 της 25-7-2001, σ. 1) και 2001/555/ΚΕΠΠΑ (ΕΕ L 200 της 25-7-2001, σ. 5).

**DECISION OF THE REPRESENTATIVES OF THE GOVERNMENTS OF THE MEMBER STATES OF THE EUROPEAN UNION, MEETING WITHIN THE COUNCIL, OF 15-10-2001, ON THE PRIVILEGES AND IMMUNITIES GRANTED TO THE EUROPEAN UNION INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES AND THE EUROPEAN UNION SATELLITE CENTRE, AND TO THEIR BODIES AND STAFF MEMBERS.**

The representatives of the governments of the Member States of the European Union, meeting within the Council whereas:

In order to facilitate the functioning of the European Union Institute for Security Studies and the European Union Satellite Centre, established by the Council as independent agencies of the European Union<sup>(1)</sup> (hereinafter referred to as «Agencies of the European Union»), the new bodies and their staff must be granted, solely in the interest of the European Union, the privileges, immunities and facilities essential to their functioning;

have decided as follows:

**Article 1**

**Immunity from legal process and immunity from search, seizure, requisition, confiscation or any other form of constraint**

The premises and buildings, property, funds and assets of the Agencies of the European Union, wherever located on the territories of the Member States and by whomsoever held, shall be immune from search, seizure, requisition, confiscation or any other form of administrative or legal measure of constraint.

**Article 2****Inviolability of archives**

The archives of the Agencies of the European Union shall be inviolable.

**Article 3****Exemption from taxes and duties**

1 — Within the scope of their official activities, the Agencies of the European Union, their assets, income and other property, shall be exempt from all direct taxes.

2 — The Agencies of the European Union shall be exempt from indirect taxes and duties included in the price of movable and immovable property and services purchased for their official use and involving considerable expenditure. The exemption may be granted by way of a refund or remission.

3 — Goods purchased under this Article and exempt from valued-added tax or excise duties shall not be sold or otherwise disposed of except under conditions agreed upon with the Member State that granted the exemption.

4 — No exemption will be granted on taxes and duties which constitute charges for public utility services.

**Article 4****Facilities and immunities in respect of communication**

Member States shall permit the Agencies of the European Union to communicate freely and without a need for permission, for all official purposes, and shall protect their right to do so. The Agencies of the European Union shall have the right to use codes and to dispatch and receive official correspondence and other official communications by courier or in sealed bags which shall be subject to the same privileges and immunities as diplomatic couriers and bags.

**Article 5****Entry, stay and departure**

Member States shall facilitate, if necessary, the entry, stay and departure of the persons referred to in Article 6 for purposes of official business. However, this shall not prevent the requirement of evidence to establish that persons claiming the treatment provided for in this Article come within the classes described in Article 6.

**Article 6**

**Privileges and immunities of members of the bodies and staff members of the Agencies of the European Union**

1 — Members of the bodies of the Agencies of the European Union and staff members of those shall enjoy the following immunities:

- a) Immunity from legal process of any kind in respect of words spoken or written, and of acts performed by them in the exercise of their official functions, such immunity to continue notwithstanding that the persons concerned may have ceased to be members of a body or staff members;
- b) Inviolability of all their official papers, documents and other materials.

2 — Staff members of the Agencies of the European Union whose salaries and emoluments are subject, to

tax for the benefit of the Agencies as mentioned in Article 8 shall be exempt from income tax on salaries and emoluments paid by those Agencies. However, such salaries and emoluments may be taken into account when assessing the amount of tax payable on income from other sources. This paragraph does not apply to pensions and annuities paid to former staff members of the Agencies and their dependants.

3 — Article 14 of the Protocol on privileges and immunities of the European Communities shall apply to staff members of the Agencies of the European Union.

#### Article 7

##### Exemptions to immunities

The immunity granted to persons mentioned in Article 6 shall not extend to civil action by a third party for damages arising from a traffic accident, death or personal injury caused by the said persons.

#### Article 8

##### Taxation

1 — Subject to the conditions and following the procedures laid down by the Agencies of the European Union, as approved by the Boards, staff members of the Agencies employed for a minimum period of one year shall be subject to taxation for the benefit of the Agencies on the salaries and emoluments paid by the Agencies.

2 — Every year the names and addresses of staff members of the Agencies of the European Union referred to in this Article and of any other person who has concluded a contract of employment with the said Agencies shall be communicated to the Member States. The Agencies shall issue each person with a yearly statement indicating the total gross and net amounts of any remuneration paid by the Agencies for the year in question, including the details and nature of payments and amounts withheld at source.

3 — This Article does not apply to pensions and annuities paid to former staff members of the Agencies of the European Union and their dependants.

#### Article 9

##### Protection of staff

The Member States shall, if so requested by the Director of the Agency of the European Union concerned, take all necessary steps to ensure the safety and protection of the persons referred to in this Decision whose security is threatened by the fact of their employment at the Agencies.

#### Article 10

##### Waiving of immunity

1 — The privileges and immunities granted under this Decision shall be extended in the interests of the Agencies, and not for the benefit of the persons concerned. It is the duty of the Agencies and all persons enjoying such privileges and immunities to observe in all other respects the laws and regulations of Member States.

2 — The Directors shall be required to waive the immunity enjoyed by the Agencies of the European Union and their staff members where such immunity would impede the course of justice and where they may

do so without prejudice to the interests of those Agencies. The Boards shall have a similar obligation in respect of the Directors and the Financial Controllers. With regard to the members of the Boards, it shall be for the Member States of which those members are nationals, or for the Commission, as appropriate, to waive such immunities.

3 — If the immunity of the Agencies of the European Union as referred to in Article 1 has been waived, any searches and seizures ordered by the Member States' judicial authorities shall be carried out in the presence of either the Director of the Agency concerned or a person delegated by him, in compliance with the rules of confidentiality.

4 — The Agencies of the European Union shall cooperate at all times with the competent authorities of the Member States in order to facilitate the smooth administration of justice and shall take action to prevent any abuse of the privileges and immunities granted under this Decision.

5 — Should a competent authority or a judicial body in a Member State consider that an abuse of a privilege or immunity conferred by this Decision has occurred, the body upon which waiving of immunity pursuant to paragraph 2 is incumbent shall, upon request, consult with the competent authorities to determine whether such abuse has occurred. If consultations fail to achieve a result satisfactory to both parties, the matter shall be settled in accordance with the procedure laid down in Article 11.

#### Article 11

##### Settlement of disputes

1 — Disputes concerning a refusal to waive immunity for an Agency of the European Union or for a person who, by reason of his official position, enjoys immunity pursuant to Article 6(1) shall be examined by the Council with a view to reaching a settlement unanimously.

2 — If it has not been possible to settle such a dispute, the detailed arrangements for its settlement shall be adopted by the Council, acting unanimously.

#### Article 12

##### Entry into force

This Decision shall enter into force on 1 January 2002, provided that all Member States have informed the General Secretariat of the Council by that date that the procedures required for the final or provisional implementation of the Decision in their national legal systems have been completed.

#### Article 13

##### Evaluation

Within two years after the entry into force of this Decision, it shall be evaluated under the supervision of the Boards of the Agencies of the European Union.

#### Article 14

This Decision shall be published in the *Official Journal*.

(<sup>1</sup>) Joint Actions 2001/554/PESC (OJ L 200, 25-7-2001, p. 1) and 2001/555/PESC (OJ L 200, 25-7-2001, p. 5).

**DÉCISION DES REPRÉSENTANTS DES GOUVERNEMENTS DES ÉTATS MEMBRES DE L'UNION EUROPÉENNE, RÉUNIS AU SEIN DU CONSEIL, DU 15-10-2001, CONCERNANT LES PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS ACCORDÉS À L'INSTITUT D'ÉTUDES DE SÉCURITÉ ET AU CENTRE SATELLITAIRE DE L'UNION EUROPÉENNE, AINSI QU'À LEURS ORGANES ET AUX MEMBRES DE LEUR PERSONNEL.**

Les représentants des gouvernements des États Membres de l'Union européenne, réunis au sein du Conseil, considérant ce qui suit:

Afin de faciliter le fonctionnement de l'institut d'études de sécurité et du centre satellitaire de l'Union européenne, créés par le Conseil en tant qu'agences indépendantes de l'Union européenne<sup>(1)</sup> (ci-après dénommées «agences de l'Union européenne»), il est nécessaire d'accorder aux nouvelles entités et à leur personnel, dans le seul intérêt de l'Union européenne, les privilèges immunités et facilités indispensables à leur fonctionnement;

décident:

**Article premier**

**Immunité de juridiction et exemption de perquisition, saisie, réquisition, confiscation et toute autre forme de contrainte**

Les locaux et les bâtiments, les biens, fonds et avoirs des agences de l'Union européenne, en quelque endroit qu'ils se trouvent sur le territoire, des États membres et quel qu'en soit le détenteur, sont exempts de perquisition, saisie, réquisition, confiscation et de toute autre forme de contrainte administrative ou judiciaire.

**Article 2**

**Inviolabilité des archives**

Les archives des agences de l'Union européenne sont inviolables.

**Article 3**

**Exonération d'impôts et de droits**

1 — Dans le cadre de leurs fonctions officielles, les agences de l'Union européenne, ainsi que leurs avoirs, revenus et autres biens, sont exonérés de tout impôt direct.

2 — Les agences de l'Union européenne sont exonérées des impôts et droits indirects entrant dans les prix des biens immobiliers et mobiliers et des services acquis pour leur usage officiel et représentant des dépenses importantes. L'exonération peut prendre la forme d'un remboursement ou d'une remise.

3 — Les biens acquis conformément au présent article avec exonération de la taxe sur la valeur ajoutée ou des droits d'accise ne peuvent être cédés à titre onéreux ou gratuit que dans les conditions convenues avec l'État membre qui a accordé l'exonération.

4 — Aucune exonération ne sera accordée en ce qui concerne les impôts, taxes et droits qui constituent la rémunération de services d'utilité publique.

**Article 4**

**Facilités et immunités concernant les communications**

Les États membres autorisent les agences de l'Union européenne à communiquer librement et sans avoir à

solliciter de permission, dans le cadre de toutes leurs fonctions officielles, et protègent ce droit conféré à ces agences. Les agences de l'Union européenne sont autorisées à utiliser des codes et à envoyer et recevoir de la correspondance officielle et d'autres communications par courrier ou par valise scellée en bénéficiant des mêmes privilèges et immunités que ceux qui sont accordés aux courriers et valises diplomatiques.

**Article 5**

**Entrée, séjour et départ**

Les États membres facilitent, au besoin, l'entrée, le séjour et le départ à des fins officielles des personnes visées à l'article 6. Cependant, il pourra être exigé des personnes qui revendiquent le traitement prévu par le présent article qu'elles fournissent la preuve qu'elles relèvent bien des catégories décrites à l'article 6.

**Article 6**

**Privilèges et immunités des membres des organes et des membres du personnel des agences de l'Union européenne**

1 — Les membres des organes des agences de l'Union européenne et les membres du personnel de ces agences jouissent des immunités suivantes:

- a) L'immunité de juridiction pour toutes les paroles prononcées ou écrites et pour les actes accomplis dans l'exercice de leurs fonctions officielles; ils continuent à bénéficier de cette immunité même lorsqu'ils ont cessé d'être membres d'un organe ou membres du personnel;
- b) L'inviolabilité de tous leurs papiers, documents et autre matériel officiels.

2 — Les membres du personnel des agences de l'Union européenne dont les traitements et émoluments sont soumis à un impôt au profit de ces agences dans les conditions indiquées à l'article 8 bénéficient de l'exonération de l'impôt sur le revenu en ce qui concerne les traitements et émoluments versés par ces agences. Toutefois, ces traitements et émoluments peuvent être pris en compte pour évaluer le montant de l'impôt à acquitter au titre des revenus provenant d'autres sources. Le présent paragraphe ne s'applique pas aux pensions et retraites versées aux anciens membres du personnel de ces agences et à leurs ayants droit.

3 — L'article 14 du protocole sur les privilèges et immunités des Communautés européennes s'applique aux membres du personnel des agences de l'Union européenne.

**Article 7**

**Exceptions aux immunités**

L'immunité accordée aux personnes visées à l'article 6 ne s'étend pas aux actions civiles engagées par un tiers en cas de dommages corporels ou autres, ou d'homicides, survenus lors d'un accident de la circulation causé par ces personnes.

**Article 8**

**Impôts**

1 — Sous réserve des conditions et suivant les procédures fixées par les agences de l'Union européenne

et approuvées par les conseils d'administration, les membres du personnel de ces agences engagés pour une durée minimale de un an, sont soumis à un impôt au profit de ces agences sur les traitements et émoluments versés par celles-ci.

2 — Chaque année, les noms et adresses des membres du personnel des agences de l'Union européenne visés au présent article ainsi que toute autre personne ayant conclu un contrat de travail avec ces agences sont communiqués aux États membres. Ces agences délivrent à chacun d'eux une attestation annuelle indiquant le montant total, brut et net, des rémunérations de toute nature versées par ces agences pour l'année concernée, y compris les modalités et la nature des paiements et les montants des retenues à la source.

3 — Le présent article ne s'applique pas aux pensions et retraites versées aux anciens membres du personnel des agences de l'Union européenne et à leurs ayants droit.

#### Article 9

##### Protection du personnel

Les États membres prennent, si le directeur de l'agence de l'Union européenne concernée le leur demande, toutes les mesures nécessaires pour assurer la sécurité et la protection nécessaires des personnes visées par la présente décision, dont la sécurité est menacée en raison de leur service auprès des agences.

#### Article 10

##### Levée des immunités

1 — Les privilèges et immunités accordés en vertu de la présente décision sont conférés dans l'intérêt des agences de l'Union européenne et non dans l'intérêt des personnes concernées. Ces agences et toutes les personnes qui jouissent de ces privilèges et immunités ont le devoir d'observer par ailleurs les dispositions législatives et réglementaires des États membres.

2 — Les directeurs sont tenus de lever l'immunité dont bénéficient les agences de l'Union européenne et les membres de leur personnel au cas où cette immunité entraverait l'action de la justice et où ils peuvent le faire sans nuire aux intérêts de ces agences. Les conseils d'administration ont la même obligation à l'égard des directeurs et des contrôleurs financiers. En ce qui concerne les membres des conseils d'administration, il appartient, selon le cas, aux États membres dont ces membres sont ressortissants ou à la Commission de lever ces immunités.

3 — Lorsque l'immunité des agences de l'Union européenne visée à l'article 1<sup>er</sup> a été levée, les perquisitions et saisies ordonnées par les autorités judiciaires des États membres s'effectuent en présence du directeur de l'agence concernée ou d'une personne déléguée par lui, dans le respect des règles de confidentialité.

4 — Les agences de l'Union européenne coopèrent à tout moment avec les autorités compétentes des États membres pour faciliter la bonne administration de la justice et veillent à empêcher tout abus des privilèges et immunités accordés au titre de la présente décision.

5 — Si une autorité compétente ou une entité judiciaire d'un État membre estime qu'il y a eu abus d'un

privilège ou d'une immunité accordés en vertu de la présente décision, l'organe auquel incombe la levée de l'immunité aux termes du paragraphe 2, consulte, sur demande, les autorités compétentes pour déterminer si cet abus a bien eu lieu. Si les consultations n'aboutissent pas à un résultat satisfaisant pour les deux parties, la question est réglée selon la procédure fixée à l'article 11.

#### Article 11

##### Règlement des différends

1 — Les différends concernant un refus de lever une immunité d'une des agences de l'Union européenne ou d'une personne qui, en raison de ses fonctions officielles, jouit de l'immunité au sens de l'article 6, paragraphe 1, sont examinés par le Conseil en vue de parvenir à un règlement à l'unanimité.

2 — Lorsqu'un tel différend n'a pu être réglé, les modalités de son règlement sont arrêtées par le Conseil statuant à l'unanimité.

#### Article 12

##### Entrée en vigueur

La présente décision entre en vigueur le 1<sup>er</sup> janvier 2002, à condition que tous les États membres aient notifié jusqu'à ce jour au Secrétariat général du Conseil que les procédures requises pour sa mise en œuvre dans leur ordre juridique interne, à titre définitif ou provisoire, ont été accomplies.

#### Article 13

##### Évaluation

Dans les deux ans qui suivent l'entrée en vigueur de la présente décision, celle-ci fait l'objet d'une évaluation sous la supervision des conseils d'administration des agences de l'Union européenne.

#### Article 14

La présente décision est publiée au *Journal officiel*.

(<sup>1</sup>) Actions communes 2001/554/PESC (JO L 200 du 25-7-2001, p. 1) et 2001/555/PESC (JO L 200 du 25-7-2001, p. 5).

#### **DECISIONE DEI RAPPRESENTANTI DEI GOVERNI DEGLI STATI MEMBRI DELL'UNIONE EUROPEA, RIUNITI IN SEDE DI CONSIGLIO, DEL 15-10-2001, SUI PRIVILEGI E SULLE IMMUNITÀ ACCORDATI ALL' ISTITUTO PER GLI STUDI SULLA SICUREZZA E AL CENTRO SATELLITARE DELL' UNIONE EUROPEA NONCHÉ AI LORO ORGANI E AL LORO PERSONALE.**

I rappresentanti dei governi degli Stati Membri dell'Unione Europea, riuniti in sede di Consiglio, considerando quanto segue:

Per facilitare il funzionamento dell'Istituto per gli studi sulla sicurezza dell'Unione europea e del Centro satellitare, creati dal Consiglio quali agenzie indipendenti dell'Unione europea (<sup>1</sup>) (in appresso «agenzie dell'Unione europea») è necessario accordare ai nuovi enti e al relativo

personale, nell'esclusivo interesse dell'Unione europea, i privilegi, le immunità e le agevolazioni indispensabili al loro funzionamento;

decidono:

#### Articolo 1

**Immunità giurisdizionale e immunità da perquisizione, sequestro, requisizione, confisca, e da qualsiasi altra forma di violazione**

I locali e gli edifici, i beni, i fondi e gli averi delle agenzie dell'Unione europea, indipendentemente dalla loro ubicazione nel territorio degli Stati membri o dalla persona che li detenga, sono esenti da perquisizione, sequestro, requisizione, confisca e da qualsiasi altra forma di violazione amministrativa o giudiziaria.

#### Articolo 2

**Inviolabilità degli archivi**

Gli archivi delle agenzie dell'Unione europea sono inviolabili.

#### Articolo 3

**Esenzione da imposte e dazi**

1 — Nell'ambito delle loro attività ufficiali le agenzie dell'Unione europea, nonché i loro averi, le loro entrate ed altri beni sono esenti da qualsiasi imposta diretta.

2 — Le agenzie dell'Unione europea sono esenti dalle imposte e dai dazi indiretti compresi nei prezzi dei beni immobili o mobili e dei servizi, acquisiti per loro uso ufficiale, e che comportino spese considerevoli. L'esenzione può essere concessa mediante rimborso o sgravio.

3 — I beni acquistati a norma del presente articolo in esenzione dall'imposta sul valore aggiunto e dalle accise non possono essere ceduti a titolo oneroso o gratuito se non secondo le condizioni convenute con lo Stato membro che ha concesso l'esenzione.

4 — Nessuna esenzione è concessa per quanto riguarda imposte, tasse e diritti che costituiscono remunerazione di servizi di pubblica utilità.

#### Articolo 4

**Agevolazioni e immunità in materia di comunicazioni**

Gli Stati membri consentono alle agenzie dell'Unione europea di comunicare liberamente e senza doversi munire di speciale autorizzazione, nell'ambito di tutte le loro funzioni ufficiali, e proteggono il diritto di tali agenzie ad agire in tal senso. Le agenzie dell'Unione europea hanno il diritto di utilizzare codici, nonché di spedire e ricevere corrispondenza ufficiale e altre comunicazioni servendosi di corrieri o mediante valigie sigillate che beneficiano degli stessi privilegi e immunità delle valigie e dei corrieri diplomatici.

#### Articolo 5

**Ingresso, soggiorno e partenza**

Gli Stati membri facilitano, qualora necessario, l'ingresso, il soggiorno e la partenza delle persone di cui all'articolo 6 allo scopo di condurre affari ufficiali. Ciò non impedisce la richiesta di ragionevoli prove al fine di stabilire che le persone che invocano il trattamento previsto a norma del presente articolo rientrano nelle categorie descritte all'articolo 6.

#### Articolo 6

**Privilegi e immunità degli organi e del personale delle agenzie dell'Unione europea**

1 — I membri degli organi e del personale delle agenzie dell'Unione europea godono delle immunità seguenti:

- a) L'immunità giurisdizionale di qualsiasi tipo in ordine a dichiarazioni o scritti e ad atti da essi compiuti nell'esercizio delle loro funzioni ufficiali, immunità di cui continuano a beneficiare anche quando abbiano cessato di essere membri di un organo o membri del personale;
- b) L'invulnerabilità di tutti i documenti ufficiali e di altro materiale ufficiale.

2 — I membri del personale delle agenzie dell'Unione europea, i cui salari ed emolumenti sono soggetti a un'imposta a profitto di tali agenzie come indicato all'articolo 8, godono dell'esenzione dalle imposte sui redditi per quanto attiene agli stipendi ed emolumenti versati da tali agenzie. Tuttavia si potrà tener conto di tali stipendi ed emolumenti nel valutare l'ammontare delle imposte applicabili ai redditi provenienti da altre fonti. Il presente paragrafo non si applica a pensioni e vitalizi versati al personale in quiescenza delle agenzie dell'Unione europea ed alle persone a loro carico.

3 — Si applica ai membri del personale delle agenzie dell'Unione europea l'articolo 14 del protocollo sui privilegi e sulle immunità delle Comunità europee.

#### Articolo 7

**Deroghe alle immunità**

L'immunità delle persone di cui all'articolo 6 non si estende all'azione civile di terzi per danno, compresi le lesioni personali o il decesso derivanti da un incidente stradale causato da tali persone.

#### Articolo 8

**Disposizioni fiscali**

1 — Alle condizioni e secondo le procedure stabilite dalle agenzie dell'Unione europea ed approvate dai consigli di amministrazione, i membri del personale di tali agenzie assunti per un periodo minimo di un anno sono soggetti, a profitto di queste ultime, ad un'imposta sugli stipendi ed emolumenti dalle stesse versati.

2 — I nomi e gli indirizzi dei membri del personale delle agenzie dell'Unione europea di cui al presente articolo, nonché del personale con contratto di lavoro presso le agenzie dell'Unione europea, sono comunicati ogni anno agli Stati membri. Tali agenzie rilasciano annualmente a ciascuno di essi un certificato per l'anno in questione indicante l'importo totale, lordo e netto, delle retribuzioni di qualsiasi tipo corrisposte da tali agenzie ogni anno, i particolari e la natura dei pagamenti e l'importo delle ritenute alla fonte.

3 — Il presente articolo non si applica a pensioni e vitalizi versati al personale in quiescenza delle agenzie dell'Unione europea ed alle persone a loro carico.

#### Articolo 9

**Protezione del personale**

Gli Stati membri, su richiesta del direttore dell'agenzia interessata dell'Unione europea, prendono tutte le

misure necessarie per garantire la necessaria sicurezza e protezione delle persone oggetto della presente decisione che siano in pericolo a motivo delle funzioni esercitate presso le agenzie.

#### Articolo 10

##### Sospensione delle immunità

1 — I privilegi e le immunità previsti dalla presente decisione sono concessi non per beneficio delle persone interessate, ma nell'interesse delle agenzie dell'Unione europea. È dovere di tali agenzie e di tutte le persone che godono di tali privilegi ed immunità osservare, per tutti gli altri aspetti, le leggi ed i regolamenti degli Stati membri.

2 — I direttori hanno l'obbligo di sospendere le immunità delle agenzie dell'Unione europea o di qualsiasi membro del personale di queste ultime qualora tali immunità impediscano alla giustizia di fare il suo corso e quando essi possono farlo senza pregiudicare gli interessi di tali agenzie. Nei confronti dei direttori e dei controllori finanziari, i consigli d'amministrazione hanno un obbligo analogo. Nei confronti dei membri dei consigli d'amministrazioni la sospensione dell'immunità spetta secondo il caso ai rispettivi Stati membri o alla Commissione.

3 — Qualora sia sospesa l'immunità delle agenzie dell'Unione europea di cui all'articolo 1, le perquisizioni e i sequestri ordinati dalle autorità giudiziarie degli Stati membri sono effettuati in presenza del direttore dell'agenzia interessata o di una persona da questi incaricata, secondo le norme di riservatezza.

4 — Le agenzie dell'Unione europea cooperano in qualsiasi momento con le autorità competenti degli Stati membri per agevolare la corretta amministrazione della giustizia ed evitano ogni abuso dei privilegi e delle immunità concessi in base alla presente decisione.

5 — Qualora un'autorità competente o un organo giudiziario di uno Stato membro ritenga che si è verificato un abuso di un privilegio o di un'immunità conferiti dalla presente decisione, l'organo responsabile della sospensione dell'immunità a norma del paragrafo 2 consulta, su richiesta, le autorità competenti al fine di accertare se tale abuso si è verificato. Se le consultazioni non producono un risultato soddisfacente per le due parti, la questione è risolta secondo la procedura stabilita all'articolo 11.

#### Articolo 11

##### Risoluzione delle controversie

1 — Le controversie concernenti il rifiuto di sospendere un'immunità di una delle agenzie dell'Unione europea o di una persona che, a causa della sua posizione ufficiale, goda dell'immunità a norma dell'articolo 6, paragrafo 1, sono discusse dal Consiglio per giungere all'unanimità ad una soluzione.

2 — Qualora le controversie non siano risolte, il Consiglio decide all'unanimità in merito alle modalità per la loro risoluzione.

#### Articolo 12

##### Entrata in vigore

La presente decisione entra in vigore il 1.º gennaio 2002, a condizione che tutti gli Stati membri abbiano

a tale data comunicato al Segretariato generale del Consiglio l'avvenuto espletamento delle procedure richieste per la sua attuazione, a titolo definitivo o provvisorio, nel rispettivo ordinamento giuridico interno.

#### Articolo 13

##### Valutazione

Entro il termine di due anni dall'entrata in vigore della presente decisione, quest'ultima è oggetto di valutazione con la supervisione dei consigli d'amministrazione delle agenzie dell'Unione europea.

#### Articolo 14

La presente decisione è pubblicata nella Gazzetta ufficiale.

(<sup>1</sup>) Azioni comuni 2001/554/PESC (GU, L 200 del 25-7-2001, pag. 1) e 2001/555/PESC (GU, L 200 del 25-7-2001, pag. 5).

#### **BESLUIT VAN DE VERTEGENWOORDIGERS VAN DE REGERINGEN DER LIDSTATEN VAN DE EUROPESE UNIE, IN HET KADER VAN DE RAAD BIJEEN, VAN 15-10-2001, BETREFFENDE DE VOORRECHTEN EN IMMUNITEITEN DIE AAN HET INSTITUUT VOOR VEILIGHEIDSTUDIES EN HET SATELLIETCENTRUM VAN DE EUROPESE UNIE, ALSMEDE AAN HUN ORGANEN EN DE LEDEN VAN HUN PERSONEEL WORDEN VERLEEND.**

De vertegenwoordigers van de regeringen der lidstaten van de Europese Unie, in het kader van de Raad bijeen, overwegende hetgeen volgt:

Met het oog op een soepele werking van het Instituut en het Satellietcentrum voor veiligheidsstudies van de Europese Unie, die door de Raad als onafhankelijke agentschappen van de Europese Unie zijn opgericht (<sup>1</sup>) (hierna «Agentschappen van de Europese Unie» genoemd), dienen aan deze nieuwe entiteiten en aan hun personeel, uitsluitend in het belang van de Europese Unie, de voor hun werking onontbeerlijke voorrechten, immuniteiten en faciliteiten te worden verleend;

besluiten:

#### Artikel 1

**Immunitet van rechtsvervolging en vrijstelling van huiszoeking, beslaglegging, vordering, verbeurdverklaring en iedere andere vorm van dwangmaatregel.**

De lokalen en gebouwen, de eigendommen, fondsen en bezittingen van de Agentschappen van de Europese Unie, ongeacht waar deze zich op het grondgebied van de lidstaten bevinden en ongeacht wie deze onder zich heeft, zijn vrijgesteld van huiszoeking, beslaglegging, vordering, verbeurdverklaring en iedere andere vorm van dwangmaatregel van bestuurlijke of gerechtelijke aard.

#### Artikel 2

##### Onschendbaarheid van archieven

De archieven van de Agentschappen van de Europese Unie zijn onschendbaar.

### Artikel 3

#### Vrijstelling van belastingen en rechten

1 — In het kader van hun officiële activiteiten zijn de Agentschappen van de Europese Unie, hun bezittingen, inkomsten en andere eigendommen vrijgesteld van alle directe belastingen.

2 — De Agentschappen van de Europese Unie zijn vrijgesteld van indirecte belastingen en van rechten welke een deel vormen van de prijs van roerende en onroerende goederen en diensten die zij voor hun officieel gebruik hebben verworven en waarmee grote uitgaven gemoeid zijn. De vrijstelling kan worden verleend in de vorm van teruggave of kwijtschelding.

3 — Goederen die overeenkomstig dit artikel met vrijstelling van belasting over de toegevoegde waarde of van accijnzen zijn verworven, mogen niet onder bezwarende titel of anderszins worden overgedragen, tenzij in overeenstemming met de voorwaarden die zijn overeengekomen met de lidstaat die de vrijstelling heeft verleend.

4 — Geen enkele vrijstelling wordt verleend van belastingen en rechten die vergoedingen voor openbare nutsvoorzieningen zijn.

### Artikel 4

#### Faciliteiten en immuniteiten met betrekking tot berichtenverkeer

De lidstaten staan de Agentschappen van de Europese Unie toe om vrijelijk en zonder het vereiste van bijzondere toestemming te communiceren voor alle officiële doeleinden en zij beschermen dit recht van de Agentschappen. De Agentschappen van de Europese Unie zijn gerechtigd codes te gebruiken en hun officiële correspondentie en andere berichten te verzenden en te ontvangen per koerier of in verzegelde tassen, waarvoor dezelfde voorrechten en immuniteiten gelden als voor diplomatieke koeriers en tassen.

### Artikel 5

#### Binnenkomst, verblijf en vertrek

Indien nodig vergemakkelijken de lidstaten de binnenkomst, het verblijf en het vertrek voor dienstdoelinden van de in artikel 6 bedoelde personen. Dit laat de mogelijkheid onverlet om te verlangen dat redelijk bewijs wordt geleverd waaruit blijkt dat de personen die zich op de in dit artikel bedoelde behandeling beroepen, onder de in artikel 6 genoemde categorieën vallen.

### Artikel 6

#### Voorrechten en immuniteiten van de leden van de organen en van de personeelsleden van de Agentschappen van de Europese Unie

1 — De leden van de organen van de Agentschappen van de Europese Unie en de personeelsleden van deze Agentschappen genieten de volgende immuniteiten:

- a) Vrijstelling van iedere vorm van rechtsvervolgning voor hetgeen zij in de uitoefening van hun officiële taken hebben gezegd, geschreven of gedaan; zij blijven daarvan vrijgesteld wanneer zij niet langer lid van een orgaan of personeelslid zijn;
- b) Al hun officiële papieren, documenten en ander officieel materiaal zijn onschendbaar.

2 — De personeelsleden van de Agentschappen van de Europese Unie waarvan de salarissen en emolumenten onderworpen zijn aan een belasting ten bate van deze Agentschappen als bepaald in artikel 8, zijn vrijgesteld van inkomstenbelasting op de door deze Agentschappen betaalde salarissen en emolumenten. Deze salarissen en emolumenten mogen evenwel in aanmerking worden genomen bij de vaststelling van de belasting op inkomsten uit andere bronnen. Dit lid is niet van toepassing op pensioenen en annuïteiten die worden uitgekeerd aan voormalige personeelsleden van de Agentschappen van de Europese Unie en te hunnen laste komende personen.

3 — Artikel 14 van het Protocol betreffende de voorrechten en immuniteiten van de Europese Gemeenschappen is van toepassing op de personeelsleden van de Agentschappen van de Europese Unie.

### Artikel 7

#### Uitzonderingen op immuniteiten

De immuniteit die aan de in artikel 6 genoemde personen wordt verleend, strekt zich niet uit tot civiele vorderingen van derden wegens schade, lichamelijk letsel of overlijden ten gevolge van verkeersongelukken die door deze personen zijn veroorzaakt.

### Artikel 8

#### Belastingen

1 — Onder de voorwaarden en volgens de procedure welke door de Agentschappen van de Europese Unie zijn vastgesteld en door de Raden van Bestuur zijn bekrachtigd, worden de personeelsleden van de Agentschappen van de Europese Unie die voor ten minste een jaar in dienst zijn genomen, op de door deze Agentschappen betaalde salarissen en emolumenten aan een belasting ten bate van de Agentschappen van de Europese Unie onderworpen.

2 — De namen en adressen van de in dit artikel bedoelde personeelsleden van de Agentschappen van de Europese Unie en die van andere op contractbasis werkzame personeelsleden worden elk jaar aan de lidstaten meegedeeld. De Agentschappen van de Europese Unie verstrekken aan elk van hen jaarlijks een bewijs met vermelding van het bruto- en nettobedrag van elke door deze Agentschappen in het desbetreffende jaar betaalde bezoldiging, met inbegrip van de sommen en de aard van de betalingen en de bedragen van de inhoudingen bij de bron.

3 — Dit artikel is niet van toepassing op pensioenen en annuïteiten die worden uitgekeerd aan voormalige personeelsleden van de Agentschappen van de Europese Unie en te hunnen laste komende personen.

### Artikel 9

#### Bescherming van personeel

Indien de directeur van het betrokken Agentschap van de Europese Unie daar om verzoekt, nemen de lidstaten alle nodige maatregelen om de veiligheid en bescherming te waarborgen van de in dit besluit bedoelde personen wier veiligheid gevaar loopt als gevolg van ten behoeve van de Agentschappen verrichte werkzaamheden.



## Artikel 10

### Opheffing van immuniteiten

1 — De bij dit besluit verleende voorrechten en immuniteiten worden in het belang van de Agentschappen van de Europese Unie en niet tot persoonlijk voordeel van de betrokkenen zelf verleend. Het is de plicht van de Agentschappen van de Europese Unie en alle personen die deze voorrechten en immuniteiten genieten, in alle andere opzichten de wetten en voorschriften van de lidstaten na te leven.

2 — De directeuren zijn gehouden de immuniteit van de Agentschappen van de Europese Unie en van hun personeelsleden op te heffen, in de gevallen waarin deze de rechtsgang zou belemmeren en opgeheven kan worden zonder dat de belangen van deze Agentschappen worden geschaad. Ten aanzien van de directeuren en de financieel controleurs hebben de Raden van Bestuur een soortgelijke verplichting. Ten aanzien van de leden van de Raden van Bestuur zijn de lidstaten waarvan deze leden onderdanen zijn of de Commissie, al naar het geval, bevoegd om deze immuniteiten op te heffen.

3 — Wanneer de immuniteit van de Agentschappen van de Europese Unie als bedoeld in artikel 1, is opgeheven, vinden door de justitiële autoriteiten van de lidstaten bevolen huiszoekingen en beslagleggingen plaats in aanwezigheid van de directeur van het Agentschap van de Europese Unie of van een door hem gemachtigd persoon, overeenkomstig de geheimhoudingsregels.

4 — De Agentschappen van de Europese Unie werken te allen tijde met de betrokken autoriteiten van de lidstaten samen om een goede rechtsbedeling te vergemakkelijken, en voorkomen dat de bij dit besluit verleende voorrechten en immuniteiten worden misbruikt.

5 — Wanneer een bevoegde autoriteit of een justitieel orgaan van een lidstaat van mening is dat sprake is van misbruik van een bij dit besluit verleend voorrecht of verleende immuniteit, pleegt het orgaan dat uit hoofde van lid 2 voor de opheffing van de immuniteit bevoegd is, op verzoek overleg met de betrokken autoriteiten om vast te stellen of bedoeld misbruik heeft plaatsgevonden. Indien dat overleg niet tot een voor beide zijden bevredigend resultaat leidt, wordt de kwestie overeenkomstig de in artikel 11 vastgestelde procedure opgelost.

## Artikel 11

### Regeling van geschillen

1 — Geschillen over weigering om de immuniteit op te heffen van een van de Agentschappen van de Europese Unie of van een persoon die uit hoofde van zijn officiële functie immuniteit geniet als omschreven in artikel 6, lid 1, worden in de Raad besproken teneinde met eenparigheid van stemmen tot een oplossing te komen.

2 — Indien geen oplossing is gevonden, neemt de Raad met eenparigheid van stemmen een besluit over de wijze waarop het geschil zal worden geregeld.

## Artikel 12

### Inwerkingtreding

Dit besluit treedt in werking op 1 januari 2002, mits alle lidstaten vóór die datum aan het secretariaat-generaal hebben meegedeeld dat de procedures voor de definitieve of tijdelijke inwerkingtreding in hun interne rechtsordes zijn gevolgd.

## Artikel 13

### Evaluatie

Binnen twee jaar na de inwerkingtreding van dit besluit wordt het geëvalueerd onder toezicht van de Raden van Bestuur van de Agentschappen van de Europese Unie.

## Artikel 14

Dit besluit wordt bekendgemaakt in het *Publicatieblad*.

(<sup>1</sup>) Gemeenschappelijke Optredens 2001/554/GBVB (*PB*, L 200, van 25-7-2001, blz. 1) en 2001/555/GBVB (*PB*, L 200, van 25-7-2001, blz. 5).

### NEUVOSTOSSA KOKOONTUNEIDEN EUROOPAN YHTEISÖJEN JÄSENVALTIOIDEN HALLITUSTEN EDUSTAJIEN PÄÄTÖS, TEHTY 15-10-2001, EUROOPAN UNIONIN TURVALLISUUSALAN TUTKIMUSLAITOKSELLE JA SATELLIITTIKESKUKSELLE SEKÄ NIIDEN ELIMILLE JA NIIDEN HENKILÖSTÖLLE MYÖNNETTÄVISTÄ ERIOIKEUKSISTA JA VAPAUKSISTA.

Neuvostossa kokoontuneet Euroopan yhteisöjen jäsenvaltioiden hallitusten edustajat, katsovat seuraavaa:

Neuvoston Euroopan unionin itsenisiksi virastoiksi, jäljempänä 'Euroopan unionin virastot', perustamien (<sup>1</sup>) turvallisuusalan tutkimuslaitoksen ja satelliittikeskuksen toiminnan helpottamiseksi näille uusille yksiköille ja niiden henkilöstölle on Euroopan unionin oman edun vuoksi tarpeen myöntää niiden toiminnan kannalta välttämättömät erioikeudet, vapaudet ja helpotukset;

ovat päättäneet seuraavaa:

### 1 artikla

Oikeudellinen koskemattomuus sekä vapautus etsinnöistä, takavarikosta, pakkoluovutuksesta ja menettämisuraamuksesta

Euroopan unionin virastojen tilat, rakennukset, omaisuus ja varat, riippumatta siitä, missä jäsenvaltioiden alueella ne sijaitsevat ja kenen hallussa ne ovat, on vapautettu etsinnästä, takavarikosta, pakkoluovutuksesta, menettämisuraamuksesta ja muista hallinnollisista tai oikeudellisista pakkokeinoista.

### 2 artikla

Arkistojen loukkaamattomuus

Euroopan unionin virastojen arkistot ovat loukkaamattomia.

### 3 artikla

Vapautus veroista ja maksuista

1 — Euroopan unionin virastot sekä niiden varat, tulot ja muu omaisuus on virastojen virallisen toiminnan osalta vapautettu kaikista välittömistä veroista.

2 — Euroopan unionin virastot on vapautettu niiden virkakäyttöön hankitun ja huomattavia kustannuksia

aiheuttavan irtaimen ja kiinteän omaisuuden ja palvelujen hintaan sisältyvistä välillisistä veroista ja maksuista. Vapautus voidaan myöntää palautuksena.

3 — Tämän artiklan nojalla hankitut, arvonlisä- tai valmisteverosta vapautetut tavarat saa myydä tai muulla tavoin luovuttaa ainoastaan vapautuksen myöntäneen jäsenvaltion kanssa sovituin edellytyksin.

4 — Vapautus ei koske sellaisia veroja ja maksuja, jotka ovat korvausta julkisista palveluista.

#### 4 artikla

##### **Yhteydenpitoon liittyvät helpotukset ja erivapaudet**

Jäsenvaltiot sallivat Euroopan unionin virastojen ylläpitää vapaasti niiden kaikkien viralliseen toimintaan liittyviä yhteyksiä ilman erityislupaa ja turvaavat virastojen oikeuden tähän. Euroopan unionin virastoilla on oikeus käyttää koodeja sekä lähettää ja vastaanottaa virallista kirjeenvaihtoa ja muita viestejä kuriirin välityksellä tai sinetöidyissä sähköissä, joita menettelyjä koskevat samat erioikeudet ja vapaudet kuin diplomaattikuriireja ja -säkkejä.

#### 5 artikla

##### **Maahantulo, maassa oleskelu ja maasta poistuminen**

Jäsenvaltiot helpottavat tarvittaessa 6 artiklassa lueteltujen henkilöiden virallisessa tarkoituksessa tapahtuvaa maahantuloa, maassa oleskelua ja maasta poistumista. Tämä ei estä vaatimasta asianmukaisia todisteita sen varmistamiseksi, että tämän artiklan mukaista kohtelua vaativat henkilöt kuuluvat 6 artiklassa määriteltyihin ryhmiin.

#### 6 artikla

##### **Virastojen elinten jäsenten ja virastojen henkilöstöön kuuluvien erioikeudet ja vapaudet**

1 — Euroopan unionin virastojen elinten jäsenillä ja virastojen henkilöstöön kuuluvilla on seuraavat vapaudet:

- a) Oikeudellinen koskemattomuus heidän virantoimituksessaan esittämiensä suullisten tai kirjallisten lausumien sekä virantoimitukseen liittyvien toimien osalta, myös sen jälkeen, kun kyseiset henkilöt eivät enää ole elimen jäseniä tai sen henkilöstöön kuuluvia;
- b) Heidän virallisten asiapapereidensa ja asiakirjojensa sekä muun virallisen aineiston loukkaamattomuus.

2 — Euroopan unionin virastojen henkilöstöön kuuluvat, joiden palkkoihin ja palkkioihin sovelletaan 8 artiklassa mainittua näille virastoille perittävää veroa, vapautetaan tuloverosta virastojen maksamien palkkojen ja palkkioiden osalta. Nämä palkat ja palkkiot voidaan kuitenkin ottaa huomioon määrättäessä muista lähteistä saatavasta tulosta perittävän veron määrää. Tätä kohtaa ei sovelleta entisille näiden virastojen henkilöstöön kuuluville ja heidän huollettavanaan oleville henkilöille maksettaviin eläkkeisiin ja elinkorkoihin.

3 — Euroopan yhteisöjen erioikeuksista ja vapauksista tehdyn pöytäkirjan 14 artiklaa sovelletaan Euroopan unionin virastojen henkilöstöön kuuluviin.

#### 7 artikla

##### **Poikkeukset erivapauksista**

Edellä 6 artiklassa tarkoitetuille henkilöille myönnetty koskemattomuus ei koske tällaisen henkilön aiheuttamasta liikenneonnettomuudesta syntyntä vahinkoa, mukaan lukien henkilövahinko tai kuolema, koskevaa kolmannen osapuolen kannetta.

#### 8 artikla

##### **Verotus**

1 — Vähintään vuodeksi palvelukseen otetut Euroopan unionin virastojen henkilöstöön kuuluvat ovat velvollisia maksamaan veroa näille virastoille näiden maksamista palkoista ja palkkioista virastojen vahvistamien ja niiden johtokuntien hyväksymien edellytysten ja menettelyjen mukaisesti.

2 — Jäsenvaltioille ilmoitetaan vuosittain tässä artiklassa mainittujen Euroopan unionin virastojen henkilöstöön kuuluvien sekä muun virastojen sopimusperusteisen henkilökunnan nimet ja osoitteet. Nämä virastot antavat kullekin heistä vuosittain todistuksen, josta ilmenevät kaikki virastojen asianomaiselta vuodelta maksamat palkat netto- ja bruttomääräisinä, mukaan lukien maksujen erittely ja laatu sekä ennakonpidätykset.

3 — Tätä artiklaa ei sovelleta entisille Euroopan unionin virastojen henkilöstöön kuuluville ja heidän huollettavanaan oleville henkilöille maksettaviin eläkkeisiin ja elinkorkoihin.

#### 9 artikla

##### **Henkilöstön suojele**

Jäsenvaltioiden on asianomaisen Euroopan unionin viraston johtajan pyynnöstä ryhdyttävä tarvittaviin toimiin huolehtiakseen tarpeellisista turvatoimista ja suojelusta niiden tässä päätöksessä tarkoitettujen henkilöiden osalta, joiden turvallisuus vaarantuu heidän virastojen palveluksessa suorittamiensa tehtävien vuoksi.

#### 10 artikla

##### **Erivapauksista luopuminen**

1 — Tämän päätöksen säännösten mukaiset erioikeudet ja vapaudet myönnetään Euroopan unionin virastojen edun vuoksi eikä kyseisten henkilöiden henkilökohtaiseksi hyödyksi. Näiden virastojen ja kaikkien näistä erioikeuksista ja vapauksista nauttivien henkilöiden velvollisuutena on kaikilta muilta osin noudattaa jäsenvaltioiden lakeja ja asetuksia.

2 — Johtajien on luovuttava Euroopan unionin virastojen ja niiden henkilökuntaan kuuluvien erivapauksista, jos ne estäisivät oikeuden toteutumisen ja jos niistä luopuminen ei vahingoita virastojen etua. Johtokunnilla on vastaava velvoite johtajien ja varainhoidon valvojen osalta. Johtokuntien jäsenten osalta erivapauksista luopuminen kuuluu tapauksen mukaan joko asianomaisen jäsenvaltion tai komission toimivaltaan.

3 — Jos 1 artiklassa tarkoitettua erivapauksista on luovuttu, jäsenvaltioiden oikeusviranomaisten määräämät etsinnät ja takavarikot suoritetaan asianomaisen Euroopan unionin viraston johtajan tai hänen valtuuttamansa henkilön läsnäollessa luottamuksellisuutta koskevien sääntöjen mukaisesti.

4 — Euroopan unionin virastot toimivat aina yhteistyössä jäsenvaltioiden asianomaisten viranomaisten kanssa helpottaakseen asianmukaista oikeudenkäyttöä ja estävät tämän päätöksen säännösten mukaisesti myönnettyjen erioikeuksien ja vapauksien väärinkäytön.

5 — Jos jäsenvaltion toimivaltainen viranomainen tai oikeudenkäyttöviranomainen katsoo, että tämän päätöksen mukaisesti myönnettyä erioikeutta tai vapautta on käytetty väärin, on elimen, joka 2 kohdan mukaan vastaa erivapauksista luopumisesta, pyynnöstä neuvoteltava asianomaisten viranomaisten kanssa sen toteamiseksi, onko väärinkäytöstä tapahtunut. Jos näissä neuvotteluissa ei päästä molempia osapuolia tyydyttävään tulokseen, asia ratkaistaan 11 artiklan mukaista menettelyä noudattaen.

#### 11 artikla

##### Erimielisyyksien ratkaiseminen

1 — Erimielisyyksistä, jotka koskevat kieltäytymistä luopua erioikeuksista jommankumman Euroopan unionin viraston tai sellaisen henkilön osalta, jolla virka-asemansa vuoksi on 6 artiklan 1 kohdassa mainitut erivapaudet, keskustellaan neuvostossa yksimielisen ratkaisun löytämiseksi.

2 — Jos erimielisyyksistä ei päästä sopimukseen, neuvosto päättää yksimielisesti menettelyistä, joiden mukaisesti ne ratkaistaan.

#### 12 artikla

##### Voimaantulo

Tämä päätös tulee voimaan 1 päivänä tammikuuta 2002, jos kaikki jäsenvaltiot ovat kyseiseen päivään mennessä ilmoittaneet neuvoston pääsihteeristölle, että niiden oikeusjärjestyksessä tämän päätöksen täytäntöönpanemiseksi joko lopullisesti tai tilapäisesti edellytetyt menettelyt on saatettu päätökseen.

#### 13 artikla

##### Arviointi

Kahden vuoden kuluessa tämän päätöksen voimaantulosta suoritetaan sen arviointi Euroopan unionin virastojen johtokuntien valvonnan alaisena.

#### 14 artikla

Tämä päätös julkaistaan virallisessa lehdessä.

(<sup>1</sup>) Yhteiset toiminnat 2001/554/YUTP (EYVL, L 200, 25-7-2001, s.1) ja 2001/555/YUTP (EYVL, L 200, 25-7-2001, s. 5).

### BESLUT AV FÖRETRÄDARNA FÖR REGERINGARNA I EUROPEISKA UNIONENS MEDLEMSSTATER, FÖRSAMLADE I RÅDET, AV DEN 15-10-2001, OM PRIVILEGIER OCH IMMUNITET FÖR EUROPEISKA UNIONENS INSTITUT FÖR SÄKERHETSSTUDIER OCH EUROPEISKA UNIONENS SATELLITCENTRUM SAMT FÖR DERAS ORGAN OCH PERSONAL.

Företrädarna för regeringarna i Europeiska Unionens Medlemsstater, Församlade i rådet, har beslutat följande av följande skäl:

I syfte att underlätta arbetet för Europeiska unionens institut för säkerhetsstudier och Europei-

ska unionens satellitcentrum vilka rådet har inrättat i form av oberoende myndigheter inom Europeiska unionen (<sup>1</sup>) (nedan kallade «Europeiska unionens myndigheter») krävs det, utslutande i Europeiska unionens intresse, att de nya enheterna och deras personal beviljas de privilegier, den immunitet och de lättnader som är nödvändiga för att de skall kunna fullgöra sina uppgifter;

härigenom föreskrivs följande:

#### Artikel 1

**Immunitet mot rättsliga förfaranden och immunitet mot genomsökning, beslag, rekvisition, konfiskation och andra slag av tvångsåtgärder**

Lokaler, byggnader, egendom, medel och tillgångar som tillhör Europeiska unionens myndigheter, var de än finns på medlemsstaternas territorier och vem som än innehar dem, skall vara immuna mot genomsökning, beslag, rekvisition, konfiskation eller varje annan form av administrativ eller juridisk tvångsåtgärd.

#### Artikel 2

##### Arkivens okränkbarhet

Europeiska unionens myndigheters arkiv skall vara okränkbara.

#### Artikel 3

##### Befrielse från skatt och avgifter

1 — Inom ramen för sin officiella verksamhet skall Europeiska unionens myndigheter, deras tillgångar, inkomster och övrig egendom vara befriade från alla direkta skatter.

2 — Europeiska unionens myndigheter skall vara befriade från indirekta skatter och avgifter som ingår i priset på lös eller fast egendom och på tjänster som förvärfas för tjänstebruk och som innebär en avsevärd utgift. Befrielsen får ges genom återbetalning eller avskrivning.

3 — Varor som har inköpts enligt denna artikel med befrielse från mervärdesskatt eller punktskatter får inte försäljas eller på annat sätt avyttras, utom i enlighet med de bestämmelser om vilka överenskommelse har träffats med den medlemsstat som har beviljat befrielsen.

4 — Befrielse kommer inte att beviljas för skatter och avgifter som utgör avgifter för allmännyttiga tjänster.

#### Artikel 4

##### Lättnader och immunitet för kommunikation

Medlemsstaterna skall tillåta Europeiska unionens myndigheter att kommunicera fritt utan tillstånd för alla officiella ändamål och skall skydda dessa myndigheters rätt härtill. Europeiska unionens myndigheter skall ha rätt att använda koder och att sända och motta officiell korrespondens och andra officiella meddelanden genom kurir eller i förseglade väskor för vilka samma privilegier och samma immunitet skall gälla som för diplomatiska kurirer och väskor.

## Artikel 5

**Inresa, vistelse och utresa**

Medlemsstaterna skall, om det behövs, underlätta inresa, vistelse och utresa å tjänstens vägnar för de personer som avses i artikel 6. Detta hindrar inte medlemsstaterna från att kräva lämpliga bevis för att kunna fastställa att personer som gör anspråk på den behandling som avses i denna artikel tillhör de kategorier som beskrivs i artikel 6.

## Artikel 6

**Privilegier och immunitet för medlemmar i Europeiska unionens myndigheters organ och dessa myndigheters personal**

1 — Medlemmar i Europeiska unionens myndigheters organ och dessa myndigheters personal skall åtnjuta följande immunitet:

- a) Immunitet mot varje slag av rättsligt förfarande när det gäller i tjänsten gjorda, skriftliga eller muntliga uttalanden samt i tjänsten utförda handlingar; sådan immunitet kvarstår oberoende av om de berörda personerna har upphört att vara medlemmar i ett organ eller att tillhöra personalen;
- b) Okränkbarhet för sina officiella handlingar och annat officiellt material.

2 — Europeiska unionens myndigheters personal, vars löner och förmåner på sätt som anges i artikel 8 är belagda med en skatt till förmån för Europeiska unionens myndigheter, skall åtnjuta befrielse från inkomstskatt för löner och förmåner som betalas av dessa myndigheter. Sådana löner och förmåner får dock beaktas vid bedömning av vilket belopp som skall betalas i skatt för inkomster från andra källor. Denna punkt gäller inte pensioner och livräntor som utbetalas till före detta personal vid myndigheterna och deras anhöriga.

3 — Bestämmelserna i artikel 14 i protokollet om Europeiska gemenskapernas immunitet och privilegier skall gälla för Europeiska unionens myndigheters personal.

## Artikel 7

**Undantag från immuniteten**

Den immunitet som tillerkänns de personer som nämns i artikel 6 skall inte omfatta tredje mans krav på skadestånd, inklusive ersättning för personskada och dödsfall, till följd av en trafikolycka som har orsakats av en sådan person.

## Artikel 8

**Skatter**

1 — I enlighet med de villkor och med iakttagande av de förfaranden som föreskrivs av Europeiska unionens myndigheter och godkänns av styrelserna skall den personal vid dessa myndigheter som anställs för en minsta tid av ett år betala skatt till myndigheterna på löner och förmåner som betalas av dessa.

2 — Varje år skall medlemsstaterna underrättas om namn och adress avseende den personal vid Europeiska unionens myndigheter som nämns i denna artikel och all annan personal som enligt avtal skall arbeta vid dessa myndigheter. Myndigheterna skall varje år ge var och en av dem ett intyg som innehåller uppgift om de totala

brutto- och nettobeloppen på alla ersättningar som under det ifrågavarande året har utbetalats av dessa myndigheter, inklusive närmare uppgifter om betalningarna och deras art samt om innehållen källskatt.

3 — Denna artikel gäller inte pensioner och livräntor som utbetalas till före detta personal vid Europeiska unionens myndigheter och deras anhöriga.

## Artikel 9

**Skydd av personalen**

Medlemsstaterna skall, om direktören vid den berörda myndigheten begär det, vidta nödvändiga åtgärder för att säkerställa att de personer som nämns i detta beslut, och vilkas säkerhet är i fara till följd av tjänstgöringen vid Europeiska unionens myndigheter, ges nödvändig säkerhet och nödvändigt skydd.

## Artikel 10

**Hävande av immuniteten**

1 — Privilegier och immunitet enligt bestämmelserna i detta beslut tillerkänns i Europeiska unionens myndigheters intresse och inte som en personlig förmån för de berörda personerna själva. Det åligger dessa myndigheter och alla personer som åtnjuter sådana privilegier och sådan immunitet att i alla övriga hänseenden iaktta medlemsstaternas lagar och förordningar.

2 — Direktörerna är skyldiga att häva immuniteten för Europeiska unionens myndigheter och medlemmar av deras personal i fall då immuniteten skulle hindra att rättvisa skipas och då den kan upphävas utan att detta skadar dessa myndigheters intressen. När det gäller direktörerna och styrekonomerna har styrelserna samma skyldighet. När det gäller styrelseledamöter har, beroende på omständigheterna, de medlemsstater där ledamöterna är medborgare eller kommissionen behörighet att upphäva immuniteten.

3 — När Europeiska unionens myndigheters immunitet enligt artikel 1 har upphävts skall genomsökningar och beslag som beordras av medlemsstaternas rättsliga myndigheter verkställas i närvaro av den berörda myndighetens direktör eller en person som har utsetts av denne, i enlighet med gällande sekretessregler.

4 — Europeiska unionens myndigheter skall alltid samarbeta med behöriga myndigheter i medlemsstaterna för att underlätta rättskipningen och hindra missbruk av de privilegier och den immunitet som tillerkänns enligt detta beslut.

5 — Om en behörig myndighet eller rättsinstans i en medlemsstat anser att missbruk har förekommit av ett privilegium eller en immunitet som beviljats enligt detta beslut, skall det organ som ansvarar för hävande av immunitet enligt punkt 2 på begäran samråda med behöriga myndigheter för att avgöra om sådant missbruk verkligen har förekommit. Om sådant samråd inte leder till ett för båda sidor tillfredsställande resultat skall saken avgöras i enlighet med det förfarande som anges i artikel 11.

## Artikel 11

**Tvistlösning**

1 — I syfte att finna en enhällig lösning skall tvister om vägran att häva immuniteten för någon av Euro-

peiska unionens myndigheter eller en person som på grund av sin tjänsteställning åtnjuter immunitet enligt artikel 6.1 prövas av rådet.

2 — När sådana tvister inte kan lösas skall rådet enhälligt besluta om förfaranden enligt vilka de skall lösas.

#### Artikel 12

##### **Ikraftträdande**

Detta beslut träder i kraft den 1 januari 2002 under förutsättning att samtliga medlemsstater då har underrettat rådets generalsekretariat om att de förfaranden som krävs för genomförandet inom deras nationella rättssystem definitivt eller preliminärt har slutförts.

#### Artikel 13

##### **Utvärdering**

Detta beslut skall utvärderas under överinseende av styrelserna för Europeiska unionens myndigheter inom två år efter det att det har trätt i kraft.

#### Artikel 14

Detta beslut skall offentliggöras i Officiella tidningen.

(<sup>1</sup>) Gemensamma åtgärder 2001/554/GUSP (EGT, L 200, 25-7-2001, s. 1) och 2001/555/GUSP (EGT, L 200, 25-7-2001, s. 5).

#### **Declarações da delegação alemã**

«O Governo Alemão tomará, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º, sempre que lhe for possível, as medidas adequadas tendo em vista a remissão ou o reembolso do montante dos impostos indirectos incluídos nos bens móveis e imóveis, no caso de o EUSATCEN ou o EUISS efectuarem, para seu uso oficial, compras importantes em cujo preço estejam incluídos impostos e taxas dessa natureza.

A Alemanha agradece a proposta da Presidência de lançar um debate geral sobre a concessão de privilégios e imunidades na UE. Para preparar com cuidado este debate, a Alemanha considera necessário encarregar o Serviço Jurídico do Conselho de inventariar rapidamente os privilégios e imunidades de todos os órgãos da UE bem como as respectivas incidências nos Estados-Membros.

Um debate sobre a concessão de privilégios e imunidades é uma condição prévia para a Alemanha dar o seu acordo à decisão em apreço, apesar das suas reservas relativamente aos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º

A posição alemã assenta no princípio de que os privilégios e imunidades (em especial privilégios fiscais e a isenção da tributação nacional) no âmbito da UE, de futuro, só devem ser concedidos se forem absolutamente indispensáveis no contexto do processo de integração dos Estados-Membros na UE.»

#### **Saksan valtuuskunnan lausumat**

«Saksan hallitus toteuttaa asianmukaisia toimenpiteitä 3 artiklan 2 kohdan nojalla kaikissa tapauksissa, joissa se on mahdollista, vapautuksen myöntämiseksi irtaimen tai kiinteän omaisuuden hintaan sisältyvistä välillisistä veroista tai kyseisten verojen palauttamiseksi,

kun EU:n satelliittikeskus tai EU:n turvallisuusalan tutkimuslaitos hankkivat virkakäyttöön omaisuutta huomattavin kustannuksin, joihin sisältyy välillisiä veroja.

Saksa pitää myönteisenä puheenjohtajavaltion ehdotusta esittää yleinen lausuma erioikeuksien ja vapauksien myöntämisestä EU:ssa. Jotta asiasta käytävä keskustelu olisi huolellisesti valmisteltu, Saksa pitää tarpeellisena pyytää neuvoston oikeudelliselta yksiköltä pikaista selvitystä EU:n virastojen erioikeuksista ja vapauksista ja niiden vaikutuksista jäsenvaltioihin.

Lausuma erioikeuksien ja vapauksien myöntämisestä on ennakoedellytys sille, että Saksa hyväksyy tänään tämän päätöksen, huolimatta sen 6 artiklan 1 ja 3 kothia koskevasta varaumistaan.

Saksan kanta perustuu periaatteeseen, että erioikeuksia ja vapauksia (erityisesti verotuksellisia erioikeuksia ja vapautus kansallisesta verotuksesta) olisi EU:n piirissä myönnettävä vain silloin, kun EU:n jäsenvaltioiden integraation eteneminen sitä ehdottomasti vaatii.»

#### **Uttalanden från Tyskland**

«Föbundsregeringen vidtar i tolkningen av artikel 3.2 i samtliga fall där det är möjligt lämpliga åtgärder för att medge briefrielse från eller betala tillbaka de indirekta skatter som ingår i priset för lös och fast egendom, när Europeiska unionens satellitcentrum eller Europeiska unionens institut för säkerhetsstudier för tjänstebud bruk gör större inköp där sådana skatter ingår i priset.

Tyskland välkomnar ordförandeskapets förslag om att inleda en allmän diskussion om beviljandet av immunitet och privilegier inom EU. För att denna debatt skall kunna förberedas noggrant anser Tyskland att man måste ge rådets juridiska avdelning i uppdrag att snabbt göra en sammanfattning av alla EU-institutioners immunitet och privilegier och deras följder för medlemstaterna.

En diskussion om beviljandet av immunitet och privilegier är en förutsättning för att Tyskland i dag skall dra tillbaka sina invändningar mot artikel 6.1 och 6.3 och godkänna beslutet.

Tysklands inställning kommer att bygga på principen att immunitet och privilegier (särskilt skatteprivilegier och undantag från nationell beskattning) inom EU i fortsättningen endast skall beviljas om det är nödvändigt med tanke på den fortsatta integreringen av medlemstater i EU.»

#### **Declaraciones de Alemania**

«El Gobierno Federal, interpretando el apartado 2 del artículo 3, adoptará, en todos los casos en que le sea posible, las medidas adecuadas para que se conceda la exención o devolución del importe de los impuestos indirectos incluidos en los precios de los bienes muebles o inmuebles, cuando el Centro de Satélites de la Unión Europea o el Instituto de Estudios de Seguridad de la Unión Europea realicen, por necesidades de servicio, compras de cierta importancia en cuyo precio estén incluidos dichos impuestos.

Alemania agradece la propuesta de la Presidencia de iniciar un debate general sobre la concesión de privilegios e inmunidades en la UE. Para que dicho debate pueda prepararse cuidadosamente, Alemania considera necesario que se encargue al Servicio Jurídico del Con-

sejo que elabore sin demora un inventario de los privilegios e inmunidades de todas las Agencias de la UE y de sus repercusiones sobre los Estados miembros.

La celebración de un debate sobre la concesión de privilegios e inmunidades constituye un requisito para que Alemania apruebe hoy la presente Decisión, dejando en suspenso sus reservas sobre los apartados 1 y 3 del artículo 6.

La posición alemana se orientará por el principio de que en la UE sólo deben seguir concediéndose privilegios e inmunidades (especialmente privilegios fiscales y excepciones respecto del régimen tributario nacional) en la medida en que ello sea absolutamente necesario habida cuenta de la progresiva integración de los Estados miembros en la Unión.»

#### Erklæring fra Tyskland

«Forbundsregeringen træffer ved fortolkningen af artikel 3, stk. 2, i alle tilfælde, hvor det er muligt, passende foranstaltninger til at fritage for eller tilbagebetale indirekte skatter, der er indbefattet i prisen for løsøre og fast ejendom, når EU's Satellitcenter eller EUISS til tjenestebud foretager større indkøb, i hvis pris sådanne skatter er inkluderet.

Tyskland takker for formandskabets forslag om at forberede en generel erklæring om indrømmelse af immuniteter og privilegier i EU. For at kunne forberede denne drøftelse indrømmelse omhyggeligt finder Tyskland det nødvendigt at pålægge Rådets Juridiske Tjeneste hurtigt at gøre status over alle EU-organers immuniteter og privilegier og disses følger for medlemsstaterne.

En erklæring om indrømmelse af immuniteter og privilegier er en forudsætning for, at Tyskland i dag stiller sine indvandringsmod artikel 6, stk. 1 og 3, i den foreliggende afgørelse i bero og giver sin tilslutning.

Den tyske holdning kommer til at rette sig efter princippet om, at der kun skal indrømmes immuniteter og privilegier (herunder fiskale privilegier og fritagelse for national beskatning) i EU-regi, når dette er tvingende nødvendigt for medlemsstaternes fortsatte integration inden for EU.»

#### German declarations

«Die Bundesregierung trifft in Auslegung des Art.3 Zif.2 in allen Fällen, in denen es ihr möglich ist, geeignete Maßnahmen, um die indirekten Steuern, die in den Preisen für bewegliche und unbewegliche Güter inbegriffen sind, zu erlassen oder den Betrag zu erstatten, wenn das EUSATCEN oder das EUISS für den Dienstbedarf größere Einkäufe tätigen, bei denen derartige Steuern im Preis enthalten sind.

Deutschland dankt für den Vorschlag der Präsidentschaft, eine allgemeine Aussprache über die Gewährung von Immunitäten und Privilegien in der EU anzusetzen. Im Interesse einer sorgfältigen Vorbereitung dieser Debatte hält Deutschland es für erforderlich, den Juristischen Dienst des Rats mit einer zügigen Bestandsaufnahme der Immunitäten und Privilegien aller EU-Einrichtungen und deren Auswirkungen auf die Mitgliedstaaten zu beauftragen.

Eine Aussprache über die Gewährung von Immunitäten und Privilegien ist Voraussetzung dafür, dass Deutschland heute unter Zurückstellung von Bedenken gegen Art. 6 Zif.1 und 3 der vorliegenden Entscheidung zustimmt.

Die deutsche Haltung wird sich an dem Grundsatz ausrichten, Immunitäten und Privilegien (insb. fiskali-

sche Privilegien und Ausnahmen von der nationalen Besteuerung) im Rahmen der EU nur noch zu gewähren, soweit dies angesichts der fortschreitenden Integration der Mitgliedstaaten in der EU zwingend erforderlich ist.»

#### Δηλώσεις της Γερμανίας

«Η Ομοσπονδιακή Κυβέρνηση της Γερμανίας λαμβάνει, κατ'ερμηνεία του άρθρου 3 παράγραφος 2 και σε όσες περιπτώσεις είναι δυνατόν, τα ενδεδειγμένα μέτρα προκειμένου να χορηγείται απαλλαγή από τους εμμέσους φόρους οι οποίοι εμπεριέχονται στις τιμές κινητών και ακινήτων αγαθών, ή προκειμένου να επιστρέφεται το ποσό όταν το ΔΚΕΕ ή το ΙΜΕΕΘΑ πραγματοποιούν σημαντικές αγορές η τιμή των οποίων συμπεριλαμβάνει φόρους αυτού του είδους.»

«Η Γερμανία εκφράζει τις ευχαριστίες της για την πρόταση της Προεδρίας να δρομολογηθεί γενική ανταλλαγή απόψεων περί ασυλιών και προνομίων στην ΕΕ. Χάριν της επιμελούς προπαρασκευής των συζητήσεων αυτών, η Γερμανία φρονεί ότι επιβάλλεται να ανατεθεί στη Νομική Υπηρεσία του Συμβουλίου η άμεση καταγραφή των ασυλιών και προνομίων όλων των θεσμικών οργάνων της ΕΕ και των επιπτώσεών τους στα κράτη μέλη.

Η συζήτηση περί χορήγησης ασυλιών και προνομίων συνιστά την προϋπόθεση βάσει της οποίας η Γερμανία δηλώνει σήμερα ότι συμφωνεί ως προς την προκειμένη απόφαση, παραμερίζοντας προς το παρόν τους ενδοιασμούς της έναντι του άρθρου 6 παράγραφοι 1 και 3.

Η στάση της Γερμανίας θα διέπεται από τη βασική αρχή σύμφωνα με την οποία ασυλίες και προνόμια (συγκεκριμένα δε φορολογικά προνόμια και εξαιρέσεις από την εθνική φορολογία) στα πλαίσια της ΕΕ οφείλουν να χορηγούνται μόνον εφόσον παρίσταται επιτακτική ανάγκη, εξ αιτίας της ολοένα προοδευτικότερης ενσωμάτωσης των κρατών μελών στην ΕΕ.»

#### Verklaringen van de Duitse delegatie

«Volgens haar interpretatie van artikel 3, lid 2, treft de Bondsregering, telkens wanneer haar dat mogelijk is, passende maatregelen tot kwijtschelding of teruggave van het bedrag van de indirecte belastingen die in de prijs van onroerende en roerende goederen begrepen zijn, wanneer het EUSATCEN of het EUISS voor officieel gebruik belangrijke aankopen doet van goederen in de prijs waarvan zulke belastingen begrepen zijn.

Duitsland dankt het voorzitterschap voor zijn voorstel om een algemeen debat te beginnen over het verlenen van voorrechten en immuniteten in de EU. Voor een zorgvuldige voorbereiding van dit debat acht Duitsland het noodzakelijk dat de Juridische dienst van de Raad wordt opgedragen op korte termijn een overzicht op te stellen van de immuniteten en voorrechten van alle EU-instellingen en de gevolgen daarvan voor de lidstaten.

Duitsland keurt vandaag het voorliggende besluit goed en schuift zijn bezwaren tegen artikel 6, leden 1 e 3, terzijde, op voorwaarde dat een debat over het verlenen van immuniteten en voorrechten plaatsvindt.

Het Duitse standpunt stoelt op het principe dat immuniteten en voorrechten (met name fiscale voorrechten en vrijstellingen van nationale belasting) in het kader van de EU alleen nog worden verleend, voorzover dit in het licht van de voortschrijdende integratie van de lidstaten in de EU dwingend nodig is.»

#### Dichiarazioni della delegazione tedesca

«Secondo l'interpretazione data all'articolo 3, paragrafo 2 il Governo federale adotta in tutti i casi in cui è possibile misure adeguate per lo sgravio o il rimborso delle imposte indirette comprese nei prezzi dei beni mobili o immobili ove il CSUE o l'EUISS effettuino acquisizioni considerevoli per loro uso ufficiale e tali imposte siano comprese nei prezzi.

La delegazione tedesca ringrazia la Presidenza per la proposta di procedere ad un dibattito generale sulla concessione di privilegi e immunità nell'UE. Ai fini di una accurata preparazione del dibattito, la Germania ritiene necessario incaricare il Servizio giuridico del Consiglio di procedere ad un rapido inventario dei privilegi e delle immunità di tuttigli organismi UE e dei loro effetti sugli Stati membri.

Un dibattito sulla concessione di privilegi e immunità costituisce una condizione preliminare per l'approvazione della presente decisione da parte della Germania, prescindendo dalle sue riserve sull'articolo 6, paragrafi 1 e 3.

La posizione della delegazione tedesca si ispirerà al principio secondo cui i privilegi e le immunità (in particolare i privilegi fiscali e le esenzioni dalla tassazione nazionale) nel quadro dell'UE devono essere concessi solo nella misura in cui essi sono strettamente necessari alla luce dell'ulteriore integrazione degli Stati membri dell'UE.»

#### Déclarations faites par la République que fédérale d'Allemagne

«Selon l'interprétation donnée à l'article 3, paragraphe 2, le gouvernement fédéral, prendra, chaque fois qu'il le pourra, les mesures appropriées pour accorder une remise ou un remboursement pour les impôts indirects entrant dans le prix des biens immobiliers et mobiliers lorsque le CSUE et l'IESUE procéderont à des acquisitions importantes pour leur usage officiel.

L'Allemagne remercie la présidence d'avoir proposé d'engager une discussion générale sur l'octroi de privilèges et d'immunités dans l'UE. Dans le souci de préparer soigneusement ce débat, l'Allemagne estime nécessaire de charger le Service juridique du Conseil d'effectuer sans délai un inventaire des privilèges et immunités dont bénéficient toutes les Agences de l'UE ainsi que de leurs incidences pour les États membres.

La tenue d'un débat sur l'octroi de privilèges et d'immunités constitue la condition préalable pour que l'Allemagne, renonçant à ses réserves sur l'article 6, paragraphes 1 et 3, approuve désormais la présente décision.

La position de l'Allemagne s'inspirera du principe selon lequel des privilèges et immunités (notamment des privilèges fiscaux et des exemptions de la fiscalité nationale) ne seront plus accordés que pour autant que la progression de l'intégration des États membres dans l'UE l'exige impérativement.»

#### German statements

«In interpreting Article 3 (2), the Federal Government takes appropriate measures in all cases in which this is possible to remit or refund indirect taxes included in the price of movable and immovable property if the EUSATCEN or the EUISS makes purchases involving considerable expenditure for its official use where such taxes are included in the price.

Germany thanks the Presidency for its proposal for a general statement to be made on the granting of privileges and immunities in the EU. In the interest of careful preparation of this discussion, Germany considers it necessary for the Council Legal Service to be instructed to carry out a rapid stocktaking of the privileges and immunities of all EU agencies and their effects on the Member States.

A statement on the granting of privileges and immunities is a precondition for Germany agreeing to this Deci-

sion today, notwithstanding its reservations on Article 6(1) and (3) thereof.

Germany's position will be guided by the principle that privileges and immunities (particularly fiscal privileges and exemptions from national taxation) in the framework of the EU should only be granted insofar as strictly necessary in the light of the further integration of the Member States of the EU.»

Hecho en Bruselas, el quince de octubre del dos mil uno.

Udfærdiget i Bruxelles den femtende oktober to tusind og en.

Geschehen zu Brüssel am fünfzehnten Oktober zweitausendundeins.

Έγινε στις Βρυξέλλες, στις δέκα πέντε Οκτωβρίου δύο χιλιάδες ένα.

Done at Brussels on the fifteenth day of October in the year two thousand and one.

Fait à Bruxelles, le quinze octobre deux mille un.

Fatto a Bruxelles, addì quindici ottobre duemilauno.

Gedaan te Brussel, de vijftiende oktober tweeduizendeneen.

Feito em Bruxelas, em quinze de Outubro de dois mil e um.

Tehty Brysselissä viidentenätoista päivänä lokakuuta vuonna kaksituhattayksi.

Som skedde i Bryssel den femtonde oktober tjugohundraett.

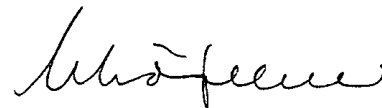
Pour le gouvernement du Royaume de Belgique:  
Voor de Regering van het Koninkrijk België:  
Für die Regierung des Königreichs Belgien:



For regeringen for Kongeriget Danmark:



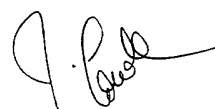
Für die Regierung der Bundesrepublik Deutschland:



Για την Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας:



Por el Gobierno del Reino de España:



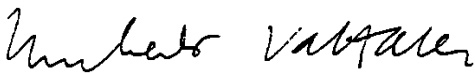
Pour le gouvernement de la République française:



Thar ceann Rialtas na hÉireann:  
For the Government of Ireland:



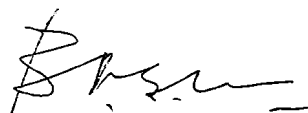
Per il Governo della Repubblica italiana:



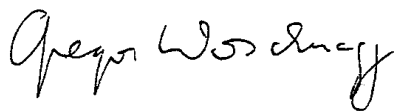
Pour le gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg:



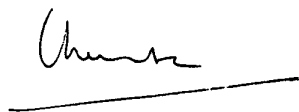
Voor de Regering van het Koninkrijk der Nederlanden:



Für die Regierung der Republik Österreich:



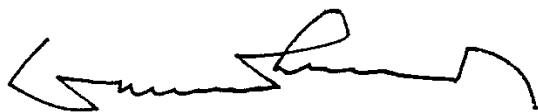
Pelo Governo da República Portuguesa:




Suomen hallituksen puolesta:  
På finska regeringens vägnar:



På svenska regeringens vägnar:



For the Government of the United Kingdom of  
Great Britain and Northern Ireland:



## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Aviso n.º 25/2002

Por ordem superior se torna público que, por nota de 14 de Novembro de 2001 e nos termos do artigo 42.º da Convenção sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, de 18 de Março de 1970, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter Portugal depositado, em 12 de Outubro de 2001, a sua declaração de aceitação da adesão da Bulgária, da China, incluindo a Região Administrativa Especial de Hong-Kong e a Região Administrativa Especial de Macau, da Lituânia, da Eslovénia, do Sri-Lanka e da Ucrânia à referida Convenção.

De acordo com o artigo 39.º, n.º 2, a Convenção entrou em vigor entre estes países e Portugal em 11 de Dezembro de 2001.

Portugal é Parte na Convenção, que foi aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 764/74, de 30 de Dezembro, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 12 de Março de 1975, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 82, de 8 de Abril de 1975. A autoridade central em Portugal, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 122, de 26 de Maio de 1984, é a Direcção-Geral dos Serviços Judiciários.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 18 de Fevereiro de 2002. — O Director de Serviços, *António Vilhena de Carvalho*.

### Aviso n.º 26/2002

Por ordem superior se torna público que o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia notificou, por nota de 20 de Fevereiro de 2002, ter a Bélgica depositado, em 23 de Janeiro de 2002, o instrumento de ratificação da Convenção Relativa à Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à Convenção Relativa à Eliminação da Dupla Tributação em Caso de Correção de Lucros entre Empresas Associadas, assinada em Bruxelas em 21 de Dezembro de 1995 (a seguir «Convenção»).

Nos termos do artigo 5.º, a Convenção entra em vigor na Bélgica em 1 de Abril de 2002.

Portugal é Parte nesta Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 40/97 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 40/97, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 135, de 14 de Junho de 1997.

A Convenção está em vigor nos Estados-Membros nas datas seguintes:

- Em 1 de Maio de 1999, na Dinamarca, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Finlândia e Reino Unido;
- Em 1 de Outubro de 1999, na Áustria;
- Em 1 de Janeiro de 2000, na Espanha;
- Em 1 de Abril de 2000, na Suécia;
- Em 1 de Outubro de 2000, na Dinamarca;
- Em 1 de Abril de 2002, na Bélgica.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, 28 de Fevereiro de 2002. — O Director do Serviço dos Assuntos Jurídicos, *Luís Inez Fernandes*.